



Anais da Assembléia

Nº 60

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE MAIO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kieise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTES no exercício do mandato de Deputado. (04/92)**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1992

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo e Renato Adur (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademar Traiano, Dalton Machuca, Cezar Silvestri, Duílio Genari, Elio Rusch, João Preis, Rossoni, Severino Félix e Toti Colação (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Mensagens:

MENSAGEM Nº 020/92

Curitiba, 15 de abril de 1992.
Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa
Excelentíssimos Senhores Deputados.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa o anteprojeto de lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração dos Orçamentos do Estado relativos ao exercí-

cio financeiro de 1993, dando cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, em consonância com o artigo 22, inciso II do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A definição de um método, bem como o estabelecimento de ações prioritárias são regras fundamentais para o desenvolvimento dos trabalhos relativos à elaboração dos orçamentos. Assim sendo, estruturou-se o anteprojeto de lei que norteará a elaboração dos orçamentos do Estado para o exercício de 1993, estabelecendo-se no Capítulo I as orientações dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

No Capítulo II ficam definidos os componentes do Orçamento Fiscal, abrangendo os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público, respeitando os princípios constitucionais.

O Capítulo III dispõe sobre o Orçamento Próprio da Administração Indireta, que compreende as receitas próprias das Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial e as receitas de transferências do Estado, bem como as aplicações dessas receitas.

O Capítulo IV dispõe sobre o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, que compreende as receitas próprias dessas entidades e as receitas de transferência do Estado, bem como as suas aplicações.

O Capítulo V indica as principais ações a serem incluídas nos Orçamentos de 1993.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias encaminhada pelo Poder Executivo para discussão no Poder Legislativo constitui-se num mecanismo de aprimoramento do processo de elaboração orçamentária e consequentemente de melhor gerenciamento dos gastos públicos.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI Nº

Súmula: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração dos Orçamentos do Estado relativos ao exercício financeiro de 1993.

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes para a elaboração dos Orçamentos Fiscais, Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, relativos ao exercício financeiro de 1993.

CAPÍTULO I
DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DOS
ORÇAMENTOS

Art. 2º - O montante das despesas dos Orçamentos, não poderá ser superior ao das receitas dos mesmos.

Art. 3º - Na Lei Orçamentária Anual para 1993, a discriminação das despesas dos Orçamentos será apresentada com o seguinte desdobramento:

Despesas Correntes:
Pessoal e Encargos Sociais
Juros e Encargos da Dívida
Outras Despesas Correntes

Despesas de Capital:
Investimentos
Inversões Financeiras
Amortização da Dívida
Outras Despesas de Capital

Art. 4º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as correspondentes fontes de recursos.

Art. 5º - No projeto de Lei Orçamentária as receitas serão estimadas e as despesas serão fixadas segundo os preços vigentes no mês de maio de 1992.

§ 1º - As despesas custeadas com financiamentos em moeda estrangeira, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 31 de maio de 1992.

§ 2º - Os valores da receita e despesas, apresentados no Projeto da Lei de Orçamento para 1993, serão atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante aplicação de índice de variação de preços no período de junho (inclusive) à novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1992, conforme critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei.

Art. 6º - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1992, em especial:

I - a consolidação da legislação referente ao imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência estadual; e

IV - o aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Art. 7º - As receitas de órgãos, Fundos, Autarquias, Fundações, órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades

controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender, prioritariamente, gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartida de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 8º - Após deduzidos os recursos destinados:

I - ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de junho de 1992;

II - a entidades públicas estaduais de fomento ao ensino e a pesquisa científica e tecnológica, correspondente a 2% (dois por cento) da receita tributária (Constituição Federal, parágrafo 5º, artigo 216);

III - aos orçamentos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, correspondentes, respectivamente a 3% (três por cento) e 6% (seis por cento) da receita geral do Estado, excluídas as operações de crédito e participações nas transferências da União;

IV - às despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

V - ao pagamento do serviço da dívida pública e Patrimônio do Servidor Público - PASEP;

VI - as contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais, aprovados por lei;

VII - a programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE; e

VIII - à manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos.

O Projeto da Lei Orçamentária destinará os recursos remanescentes do Tesouro Geral do Estado, aos órgãos do Poder Executivo e ao Ministério Público.

§ 1º - Os recursos remanescentes de que trata o caput deste artigo, serão destinados de acordo com os seguintes limites percentuais:

- Chefia do Poder Executivo	até 12%
- Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia	até 5%
- Procuradoria Geral do Estado	até 1%
- Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	até 3%
- Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL	até 14%
- Secretaria de Estado da Comunicação Social	até 2%
- Secretaria de Estado da Administração	até 10%
- Secretaria de Estado da	

Fazenda	até 12%
- Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA	até 1%
- Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social	até 3%
- Secretaria de Estado da Cultura	até 3%
- Secretaria de Estado da Segurança Pública	até 20%
- Secretaria de Estado da Saúde	até 25%
- Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	até 8%
- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	até 15%
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente	até 12%
- Secretaria de Estado dos Transportes	até 30%
- Secretário Especial para Assuntos do Meio Ambiente	até 4%
- Secretário Especial do Esporte e Turismo	até 2%
- Secretário Especial da Política Habitacional	até 14%
- Ouvidor Geral do Estado	até 1%
- Secretário Especial para Assuntos Externos	até 1%
- Ministério Público	até 2%

Art. 9º - Fica vedada aos órgãos da Administração Direta e Indireta a previsão de recursos orçamentários para subvenções sociais a clubes, associações ou quaisquer outras entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, excetuados os destinados a manutenção de creches.

Art. 10 - Na ausência das leis complementares previstas nos artigos 165, parágrafo 9º, e 192, da Constituição Federal, as programações das despesas de caráter administrativo dos Bancos Estaduais e de empresas vinculadas integrarão o Projeto da Lei Orçamentária.

Art. 11 - Ao Projeto da Lei Orçamentária não poderão ser indicadas emendas que:

I - não sejam compatíveis com as disposições do parágrafo 3º do artigo 134 da Constituição Estadual.

II - que fixem despesas sem o correspondente recurso.

III - que transfiram recursos próprios das entidades referidas nos Capítulos III e IV, e

IV - que não atendam as disposições desta lei.

Art. 12 - O Projeto da Lei Orçamentária

conterá dispositivos autorizatórios para centralização de recursos do Tesouro Geral do Estado na Secretaria de Estado da Administração, destinados a aquisição centralizada de materiais de consumo e permanente, a execução centralizada de reparos e obras, bem como, ao pagamento de despesas com energia elétrica (Companhia Paranaense de Energia-COPEL), água e esgoto (Companhia de Saneamento do Paraná - SANE-PAR), e de serviços de processamento de dados (Companhia de Processamento de Dados do Paraná - CELEPAR).

Art. 13 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações registradas nas despesas orçamentárias de cada órgão celebrante do contrato.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO FISCAL

Art. 14 - O Orçamento Fiscal fixará as despesas aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público e estimará as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual.

§ 1º - O Orçamento Fiscal conterá as cotas de receitas a serem transferidas para as Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

§ 2º - A proposta orçamentária do Poder Legislativo será elaborada pela Assembleia Legislativa e não excederá a três por cento da receita geral do Estado excluída das operações de crédito e participações nas transferências da união, conforme preceitua o artigo 138 da Constituição Estadual.

Art. 15 - A fixação das despesas com pessoal e encargos sociais obedecerá o disposto nos artigos 38 e 17 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição Federal e da Estadual respectivamente.

Art. 16 - As programações custeadas com recursos oriundos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada a efetiva realização dos contratos.

Art. 17 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual, somente poderão ser programados para atender despesas de Capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, pre-

catórios judiciais, contrapartida de programas financiados e outras despesas com custo administrativo e operacional.

CAPITULO III

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO PRÓPRIO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 18 - O Orçamento Próprio da Administração Indireta compreende as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações relativas as Autarquias, Fundações e órgãos de Regime Especial.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Art. 19 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias, as receitas de transferências do Estado e suas aplicações.

Art. 20 - O Orçamento de Investimento integrará a Programação Orçamentária Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista para o exercício de 1993.

CAPITULO V

DAS PRIORIDADES DOS ORÇAMENTOS PARA O EXERCÍCIO DE 1993

Art. 21 - As principais ações que constarão dos Orçamentos do exercício de 1993 são as a seguir relacionadas, segundo as respectivas funções de Governo:

LEGISLATIVA

- Aprimoramento do processo legislativo para apreciar matérias de competência do Estado.
- Aprimoramento dos métodos de fiscalização orçamentária financeira do Estado e Municípios.

JUDICIARIA

- Defesa dos interesses do setor público e fiscalização permanente da legalidade e constitucionalidade dos atos da administração pública.
- Aperfeiçoamento e ampliação da estrutura judiciária da Capital e Interior do Estado.
- Aprimoramento do Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude em cumprimento ao Estatuto da Criança.
- Defesa do interesse público no processo judiciário e na proteção do regime democrático.
- Continuidade aos procedimentos necessários a construção do Fórum de Curitiba.

ba.

- Assistência Jurídica gratuita à população, com ênfase à parcela mais carente, para garantir a defesa de seus direitos fundamentais;

- Continuidade às ações e programas relativos à proteção, orientação, defesa e educação do consumidor, em articulação com os órgãos municipais e estaduais, para aplicação da lei de Defesa do Consumidor;

- Reparelhamento do Sistema Penitenciário do Estado.

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

- Coordenação e controle da execução orçamentária e financeira do Estado;

- Acompanhamento físico das ações governamentais;

- Continuidade das ações para implantação do regime jurídico único;

- Ampliação e aperfeiçoamento do sistema fisco-arrecadador do Estado;

- Aperfeiçoamento da informática pública;

- Formação e desenvolvimento de recursos humanos;

- Racionalização administrativa e utilização adequada dos recursos humanos, materiais e financeiros;

- Acompanhamento da evolução da economia e sociedade paranaense e formulação de diagnósticos sócio-econômicos que permitam avaliar o conjunto das políticas públicas estaduais;

- Continuidade às ações de coleta, levantamento e tratamento estatístico de dados e informações, bem como o seu armazenamento no Banco de Dados do Estado.

- Continuidade à centralização de compras e da realização de obras e reparos no Estado.

AGRICULTURA

- Continuidade aos programas de crédito aos produtores, como "Equivalência-Produto", "Bom Emprego" e aprimoramento dos rebanhos ovino e bovino do Estado;

- Execução do programa "Manejo e Conservação de Solos e Água - PMISA";

- Recuperação da qualidade e da produtividade do parque cafeeiro paranaense, através do programa de "Revitalização da Cafeicultura".

- Continuidade ao programa "Produção Animal", com ênfase a inseminação artificial, para melhorar os padrões genéticos e a produção leiteira;

- Fomento à fruticultura, especialmente a de citros, na região Noroeste;

- Continuidade ao programa de Manejo e Conservação de Solos - Paraná Rural - BIRD;

- Recomposição florestal do Estado, através do plantio de florestas com finalidades produtivas, energéticas e ambien-

tais, restauração de matas ciliares, de áreas degradadas e áreas de preservação permanente;

- Manutenção do programa de Fiscalização Agropecuária;

- Continuidade ao programa de "Abastecimento", que visa proporcionar acesso a alimentos básicos, notadamente os hortigranjeiros, a nível de atacado e melhorar o padrão alimentar e nutricional das famílias de baixa renda e atuar como regulador de preços dos principais produtos de alimentação;

- Manutenção das atividades de armazenagem;

- Classificação de produtos de origem vegetal e seus subprodutos;

- Continuidade ao programa "Terminais de Calcário";

- Promoção, assistência técnica e extensão rural da pesquisa e desenvolvimento tecnológico de produtos e recursos agropecuários;

- Continuidade ao programa "Paz da Terra";

- Execução e fiscalização dos levantamentos topográficos e aerofotogramétricos de áreas rurais, implantação do cadastro técnico de imóveis rurais, através do "Programa de Cartografia";

- Desenvolvimento do programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Paraná Rural - BID;

- Desenvolvimento do projeto Apoio ao Produtor Rural - BIRD-SDR.

DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

- Continuidade às ações dos programas de "Segurança Pública" e "Polícia 24 Horas";

- Aperfeiçoamento, treinamento e desenvolvimento das Polícias Militar e Civil do Estado;

- Desenvolvimento do programa "Bombeiros Voluntários", que visa educar a população do Estado sobre a prevenção de incêndios e acidentes;

- Expansão do SIATE aos demais centros urbanos do Paraná, garantindo o atendimento de emergência à população;

- Readequação administrativa do Departamento de Trânsito - DETRAN.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- Continuidade ao Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU;

- Operacionalização do "Programa de Apoio aos Municípios - PAM", com ações a serem realizadas em regime de parceria entre o Estado e os Municípios, em empreendimentos de interesse da população;

- Continuidade ao programa de baixa renda, saneamento básico e melhoria do sistema viário (PIRMC);

- Coordenação das ações desenvolvidas

no litoral pelos órgãos estaduais, federais e prefeituras locais, nos períodos de temporada de verão.

EDUCAÇÃO E CULTURA

- Expansão da oferta do ensino fundamental médio;

- Aperfeiçoamento dos profissionais da área de educação, garantindo a melhoria da qualidade do ensino público de 1º e 2º graus;

- Manutenção e ampliação da rede física do ensino fundamental;

- Oferta de recursos didáticos e suporte pedagógico nos diferentes níveis de educação básica;

- Garantia das condições necessárias ao bom desempenho das atividades relativas à educação especial;

- Desenvolvimento do Projeto Qualidade de Ensino Público do Paraná, com vistas a reestruturar a escola pública de 1º grau, em negociação com o BIRD;

- Ampliação da estrutura do ensino público voltado a área do estudo profissionalizante, através do programa Expansão, Melhoria e Inovações no Ensino Médio do Paraná, em fase de negociação com o BID;

- Racionalização do sistema de ensino superior, garantindo uma revisão dos números de cursos, vagas e turmas;

- Garantia das condições necessárias ao suporte pedagógico do ensino superior com a recuperação e reequipagem de laboratórios e ampliação de acervos bibliográficos;

- Aperfeiçoamento do profissional da área de educação superior;

- Difusão de programas educativos e da importância do acervo cultural, patrimonial, histórico, artístico e arquitetônico como extensão do processo educacional;

- Apoio à implantação de bibliotecas municipais;

- Estímulo à prática esportiva e ao lazer, com o aproveitamento dos espaços públicos disponíveis;

- Desenvolvimento de atividades nas áreas de esporte-educação, esporte-participação e esporte-rendimento;

- Capacitação de recursos humanos para implementação de novos métodos na área do esporte escolar, popular e de rendimento.

ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

- Conclusão da Usina Hidrelétrica de Segredo;

- Desenvolvimento dos projetos para construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias;

- Expansão do sistema elétrico estadual, com ênfase aos programas de eletrificação comunitária e rural;

- Continuidade à identificação de potencialidades minerais do Estado;
- Desenvolvimento de pesquisas de fontes alternativas de insumos minerais para a agricultura;
- Dimensionamento do volume de talco disponível na região Castro - Ponta Grossa e estudos de mercado para sua exploração comercial;
- Continuidade aos projetos de pesquisa visando a descoberta de minerais metálicos e industriais.

HABITAÇÃO E URBANISMO

- Continuidade ao programa Habitação Popular "Casa da Família", através dos projetos Mutirão, para atender famílias com renda até 3 salários mínimos. Auto-construção para atender famílias com renda até 5 salários mínimos e "Casa Rural" para atender famílias do meio rural.

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

- Continuidade ao programa de apoio científico e tecnológico ao setor industrial;
- Apoio à modernização e à expansão da agroindústria paranaense;
- Formulação de políticas integradoras com vistas à diversificação e o fortalecimento do parque industrial paranaense;
- Fortalecimento da estrutura industrial mediante estímulo à investimentos em setores prioritários e difusores de tecnologias avançadas;
- Expansão das atividades turísticas no Estado com a incorporação de áreas potenciais aos polos tradicionais.

SAÚDE E SANEAMENTO

- Assistência integral à população, com prestação de serviços de promoção, proteção, recuperação e reabilitação pela rede de saúde pública estadual, integrada à rede municipal;
- Reforço da estrutura de apoio diagnóstico, profilático e terapêutico, buscando a garantia da prestação de serviços relacionados com a produção, armazenamento e distribuição de medicamentos, com a pesquisa e produção de imunobiológicos, com a coleta e distribuição de sangue, com a produção e controle da qualidade de hemoderivados e com a produção de fitoterápicos e exames laboratoriais de apoio diagnóstico;
- Prevenção e controle de doenças de rápida disseminação, bem como das que se encontram em processo de erradicação, mediante fiscalização rigorosa do uso de materiais com risco de contaminação, na qualidade de alimentos, medicamentos, sangue, etc.
- Execução do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba

tiba - PROSAM, para recuperar a qualidade ambiental, melhorar as características físico-químicas e biológicas dos recursos hídricos da bacia do Alto Iguaçu, ampliar a oferta de água potável e de áreas para urbanização, bem como controlar as cheias na região;

- Continuidade ao programa de saneamento rural, mediante o abastecimento de água e a melhoria sanitária;

- Estímulo às ações ambientais, visando a qualidade das águas das bacias de mananciais destinadas ao abastecimento público atual e do futuro;

- Continuidade às ações de defesa do meio ambiente através dos programas de Defesa Ambiental do Litoral, MERCOSUL Ambiental, SOS Noroeste e Floresta Atlântica.

TRABALHO

- Atendimento às crianças e adolescentes vitimizados com a implantação de escolas oficinas que visam profissionalizá-los e reintegrá-los a sociedade;

- Apoio a entidades que prestam atendimento a crianças e ao adolescente garantindo o seu normal desenvolvimento, à pessoa portadora de deficiência, garantindo a sua integração com a vida comunitária, e ao adulto carente, garantindo a sua assistência biopsicossocial;

- Apoio e incentivo ao desenvolvimento de trabalhos individuais e associativos, visando garantir a subsistência da população não absorvida pelo mercado de trabalho formal;

Apoio e orientação às atividades comunitárias, visando a participação popular na indicação de alternativas para o desenvolvimento municipal;

- Incentivo e apoio à organização sindical das categorias trabalhadoras.

TRANSPORTE

- Conservação da rede rodoviária estadual;

- Auxílio técnico e financeiro para conservação e melhoramento da rede rodoviária municipal;

- Continuidade a execução do programa de pavimentação com pedras irregulares;

- Execução de ligações rodoviárias entre regiões de produção agrícola aos eixos viários e núcleos urbanos;

- Manutenção e conservação do sistema rodoviário estadual com a participação financeira do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (Programa de Melhoramento Rodoviário BID IV);

- Melhoramento da infra-estrutura portuária, através da construção do Terminal de Containers (TECON) ampliação do corredor de exportação e a construção do Terminal de Fertilizantes (TEFER);

- Melhoramento da infra-estrutura aeroportuária, dos principais municípios favorecendo as condições de pouso e decolagem de aeronaves de pequeno e médio porte;
- Continuidade da construção da Ferrovia Paraná Oeste - FERROESTE, com a ligação ferroviária de Guarapuava a Cascavel.

CAPITULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DE 1993

Art. 22 - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária, divulgará os quadros de detalhamento de despesas, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 5º desta lei.

Art. 23 - A Lei Orçamentária conterá os critérios para a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e da Programação Orçamentária Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, durante o período de execução orçamentária.

Art. 24 - Na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações não serão discriminadas as relações de instituições à serem beneficiadas com auxílios e/ou subvenções sociais.

Art. 25 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. - A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 34/92

Curitiba, 12 de maio de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer normas legais pertinentes ao funcionamento de cantinas comerciais nas escolas de primeiro e segundo graus da rede oficial de ensino, revogando expressamente a Lei nº 9.004, de 7 de junho de 1989 que versa sobre tal matéria.

O Plano de Lei ora proposto a essa augusta Casa consulta aos interesses da Administração, sendo conveniente e oportuno tendo em vista que a vigente Lei 9.004/89, não mais atende às necessidades do aluno das escolas públicas porque, estabelecendo que a exploração de tais cantinas fica a cargo exclusivo de grêmios estudantis oficiais, pois tem criado algumas dificuldades,

Curitiba, quinta, em 14.05.92

des, tais como, cantinas fechadas ou em irregular funcionamento. A norma ora proposta, permitindo que as cantinas comerciais das escolas públicas possam ser exploradas não só pelos grêmios estudantis, mas, também, pelas Associações de Pais e Mestres, virá ensejar condições no sentido da plena regularização da situação hoje existente, ressaltando-se que será mantido o atual limite da margem de lucro que não poderá ultrapassar vinte e cinco por cento do custo dos produtos postos à venda.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As cantinas comerciais nas escolas de primeiro e segundo graus da rede oficial de ensino, funcionarão sob a supervisão da direção do estabelecimento de ensino e responsabilidade, direção e exploração do grêmio estudantil oficial e/ou Associação de Pais e Mestres.

Parágrafo Único - As cantinas comerciais terão regulamentação própria, baixada pelo Secretário de Estado da Educação, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Os lucros da venda e exploração da atividade não poderão ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento) do custo dos produtos à venda.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 9.004, de 07 de junho de 1989 e demais disposições em contrário. - A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFICIO

Sob os nºs DTL/SAT/98, 99 e 100/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei números:

006/92 - Do Poder Executivo, que autoriza a cessão, ao Banco do Estado do Paraná S/A, do imóvel que especifica, situado no Município de Xambrê, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.961. - Anote-se - Arquivase-se.

008/92 - Do Poder Executivo, que autoriza a cessão, ao Banco do Estado do Paraná S/A, do imóvel que especifica situado no Município de Flórida, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.962. - Anote-se - Arquivase-se.

043/92 - do Poder Executivo, que inte-

gra no Anexo III da Lei nº 9.877, de 23/12/91 as categorias funcionais que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.963. - Anote-se - Arquive-se.

Sob o nº SEGER/DESGE-0508/92, do Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva - Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitada pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, sobre "Estatutos Sociais de cada empresa componente do Conglomerado BANESTADO, sobre escolha da empresa Price Waterhouse, etc". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 150/92-GAB/SUPER, do Senhor Jaime Ricardo Paciornik - Superintendente do Instituto de Previdência do Estado do Paraná - IPE, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitada pelos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, sobre "Folha de Pagamento dos Servidores Ativo e Inativos do Estado do Paraná, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário". Ao Conhecimento dos Senhores Deputados interessados.

OFICIO Nº 099/92

Senhor Presidente.

Pelo presente, comunicamos a Vossa Excelência, ausência nas sessões dos dias 18, 19, 20, 21, 27 e 28 do corrente, período em que estaremos nos municípios que representamos nesta Assembléia, tratando de interesses dos mesmos.

Sendo o que se nos apresenta, subscrevemo-nos, renovando protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 14.05.92

(a) DIRCEU MANFRINATO

OFICIO 616 AB

Senhor Presidente.

Com meus melhores cumprimentos, sirvo-me do presente para informar Vossa Senhoria de minha ausência na Sessão Plenária de hoje, nesta Casa de Leis, em função de compromissos agendados através de minha Região.

Contando com a compreensão dos colegas parlamentares, renovo meus protestos de distingüida consideração por Vossa Senhoria.

Sala das Sessões, em 14.05.92

(a) TOTI COLAÇO

OFICIO Nº SPB 1242/92

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 14.05.1992, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 14.05.92

(a) ROSSONI

Indicações:

INDICAÇÃO

Na qualidade de Líder da Bancada do P.T.B., tenho a honra de indicar os Senhores Deputados que preencherão as vagas destinadas ao Partido, nas Comissões Permanentes desta Casa.

Sala das Sessões, em 14.05.92

(a) ERONDY SILVERIO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Erondy Silvêrio

SUPLENTE: José Alves

2ª VAGA: João Iensen

João Iensen

COMISSÃO DE FINANÇAS

João Iensen

SUPLENTE: José Alves

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

José Alves

SUPLENTE: João Iensen

COMISSÃO AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

João Iensen

SUPLENTE: José Alves

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

José Alves

SUPLENTE: João Iensen

COMISSÃO EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

José Alves

SUPLENTE: João Iensen

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

José Alves

SUPLENTE: João Iensen

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

João Iensen

SUPLENTE: José Alves

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

João Iensen

SUPLENTE: José Alves

COMISSÃO DE REDAÇÃO

José Alves

SUPLENTE: João Iensen

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

João Iensen

SUPLENTE: José Alves

COMISSÃO DE TURISMO

José Alves

SUPLANTE: João Iensen

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

José Alves

SUPLANTE: João Iensen

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

José Alves

SUPLANTE: João Iensen

INDICAÇÃO

Na qualidade de Líder do P.T.B., indico o Senhor Deputado JOÃO IENSEN para compor como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, que deverá apurar possíveis irregularidades no processo de liquidação do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) ERONDY SILVERIO

Líder do PTB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 670

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 122/92 (Mensagem nº 33/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado, visando atender a programas especiais no âmbito da agricultura, mediante transferência ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 671

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 121/92 (Mensagem nº 32/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento próprio da Secretaria de Estado da Cultura, visando atender despesas com aquisição e instalação de equipamentos para produção de programas e dos projetos de capacitação de professores da rede pública, extensão rural e apoio pedagógico ao ensino básico.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

Curitiba, quinta, em 14.05.92

com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido Plenário, respeitosamente requer regime de urgência para o projeto de lei nº 120/92 (Mensagem nº 31/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento próprio da Biblioteca Pública do Paraná, visando atender despesas com material de consumo.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 673

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de lei nº 119/92 (Mensagem nº 30/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, visando atender o programa de incentivo à produção artística.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 674

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 118/92 (Mensagem nº 29/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento próprio da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, visando atender despesas com alimentação e material de higiene e limpeza, fornecidos através de contrato com o DEAM, para atendimento a 3.000 crianças, adolescentes e adultos nas unidades sociais oficiais da FASPAR.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 675

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 112/92 (Mensagem nº 23/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento do Tribunal de Alçada, visando atender despesas com aquisição de equipamentos e mate-

rial permanente.

Sala das Sessões, 14.05.92

ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 676

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 115/92 (Mensagem n°26/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, visando atender despesas com remuneração de serviços pessoais.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 677

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 116/92 (Mensagem n°27/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar aos vigentes orçamentos próprios das Funções Universidades Estaduais de Londrina e Ponta Grossa, visando atender despesas com aquisição de equipamentos para projetos de pesquisa e para o Colégio Agrícola em Ponta Grossa, e despesas provenientes de convênios com órgãos federais e estaduais na Universidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 678

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 114/92 (Mensagem n° 25/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento próprio da FESTUR, visando atender despesas com materiais esportivos, bolsa-auxílio a atletas, convênios com municípios, aquisição de material permanente e equipamentos.

Sala das Sessões, 14.05.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 679

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 113/92 (Mensagem n° 24/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento próprio da SUCEAM, visando atender despesas com o programa de controle e combate à erosão (PRONOROESTE).

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 665

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 666

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o adiamento por (05) cinco sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n° 393/91 (item 04), de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, que dispõe sobre a isenção da tarifa de água e luz aos desempregados.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 685

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei n° 393/91, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 680

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado votos de pesar a família da Senhora MARIA PAGLIARINI VOLPATO, residente no Município

de Alto Piquiri.

Requer, outrossim da decisão desta Casa, que se dê conhecimento ao seu Esposo Leôncio Volpato, residente na Estrada Paulistana Sítio Volpato, município de Alto Piquiri - Pr.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO Nº 681

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado votos de pesar à família do Senhor SANTO VERRI, pelo seu falecimento ocorrido no dia 13 de maio último, no Município de Alto Piquiri, pessoa de bom relacionamento com a comunidade, ex-Vereador do Município.

Requer, outrossim da decisão desta Casa, que se dê conhecimento à sua Esposa Cleuza Verri, residente na Rua Sebastião Pereira de Oliveira s/n, no município de Alto Piquiri - Pr.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO Nº 686

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, inserção na Ata dos trabalhos deste Poder de voto de profundo pesar pelo falecimento do sargento da PMPR Orlando Malucelli, ocorrida no dia 13 de maio p. passado, nesta Capital.

Membro de tradicional família do nosso Estado o sargento Orlando Malucelli prestou uma larga folha de serviços ao Paraná, quer como cidadão, quer como exemplar pai de família, quer como honrado integrante da gloriosa PMPR.

O passamento desse ilustre cidadão abre uma lacuna na nossa sociedade, difícil de ser preenchida à altura do caráter e da retidão moral de Orlando Malucelli.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 682

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER o registro em ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de congratulações e muito aplauso ao IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística Ltda. que está comemorando 50 anos de existência. Trata-se de um importante Instituto, pioneiro em nosso País dos serviços de pesquisa e que ao longo destes anos, tem sabido aperfeiçoar seu trabalho, acompanhando a evolução da

Curitiba, quinta, em 14.05.92

gerência informativa e se tornando num precioso instrumento para todos que saibam empregar os valiosos números e orientações que a pesquisa séria fornece! Somente a competência, o trabalho sério, decente, pode permitir que uma empresa chegue aos 50 anos. Daí nosso júbilo pela data e nosso pedido para que se consagre em ata esta efeméride, registrando-se ao seu Diretor Presidente, Doutor Paulo de Tarso Montenegro nossa solicitação.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 667

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de VOTO DE LOUVOR ao Delegado de Polícia do Município de Cianorte, ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR, pelos relevantes serviços prestados ao Município desde sua posse até a data de hoje.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cianorte viveu um período de grande tensão a nível de segurança, em que ocorreram muitos roubos, assaltos e, inclusive seqüestros, fatos que causaram muitos problemas e grande insegurança à comunidade local.

Com a posse do delegado ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR, o índice de ocorrências diminuiu sensivelmente, o que devolveu a tranquilidade e a credibilidade na instituição policial do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 654

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Mário Pereira, solicitando ligação asfáltica no Distrito de Guaragi, Município de Ponta Grossa a Teixeira Soares, numa extensão de 25 km.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

A estrada, objeto do presente, é um importante corredor de escoamento de produtos agrícolas.

As obras de arte estão concluídas para o asfaltamento, com os cortes e a terraplenagem também concretizados.

Esta obra está prevista no orçamento do Estado, existindo, portanto, dotação específica.

REQUERIMENTO Nº 658

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Affonso Camargo, solicitando especial atenção ao seu estado natal, na recuperação da malha rodoviária federal, tendo em vista o conhecimento do mesmo das dificuldades e necessidades, pois conviveu e sabe com real presteza de todos os "pontos negros" e situações insustentáveis da malha rodoviária federal que serve o nosso Paraná.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Entra e sai governo e o Paraná, maior produtor de grãos do País, região eminentemente agrícola e com um porto eficiente para exportar produtos agrícolas do Estado e da Nação, vê suas dificuldades de escoamento da produção, cada dia mais prejudicada pela péssima situação de conservação das rodovias federais em nosso Estado.

Entendemos que embora a posição possa ser "bairrista", chegou a hora de o paranaense Affonso Camargo, Ministro de Estado dos Transportes, olhar com carinho e priorizar as necessidades do Paraná, que não pede favores, mas sim, cobra o que lhe é devido, dado o seu potencial de produção.

REQUERIMENTO Nº 659

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. Gilberto Serpa Griebeller, solicitando ampla campanha publicitária, de esclarecimento à população sobre o perigo no uso de fogos de artifício e os enormes riscos de incêndio que são provocados por balões que são lançados e não têm local definido para sua queda, colocando em risco milhões de vidas e propriedades.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Com a aproximação do mês de junho onde são consagradas comemorações de dias santos, com realização de festas juninas, prolifera o uso indiscriminado de fogos de artifício que provocam mutilações por mau uso, desconhecimento do poder do artifício e não controle dentro de normas de segurança, a preocupação em esclarecer pais, adolescentes e crianças dos perigos e da inutilidade do uso destas verdadeiras armas, se torna imprescindível para a segurança da população.

Maior ainda é a necessidade de esclarecimento da soltura de balões alçados sem normas de segurança e levados a distâncias

e locais imprevistos, com grandes riscos de provocar incêndios, explosões, enfim, catástrofes que poderiam ser evitadas com a conscientização da população.

REQUERIMENTO Nº 660

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Ação Social e CBIA, requerendo providências no sentido de liberação de recursos urgentes para que os municípios paranaenses possam reverter o triste quadro que assola a maioria das cidades paranaenses, onde bancos e chão das rodoviárias, bancos de praças e abrigos de ônibus, coberturas de estabelecimentos comerciais, pontes, viadutos e até árvores servem de pouso para crianças, senhoras e até famílias inteiras.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

É inadmissível virarmos as costas para situação tão deprimente vivida por milhares de famílias brasileiras. Com a forte recessão que ora enfrentamos, é cada vez maior o número de crianças, senhoras, adolescentes e até famílias inteiras que dormem ao relento.

Com a aproximação do inverno, entendemos que tal situação venha a recrudescer, colocando em risco até a vida destes irmãos menos favorecidos.

A sociedade não pode ficar omissa a esta situação. Na maioria das cidades paranaenses existem ginásios de esportes cobertos, centros comunitários e até escolas que poderiam socorrer estas pessoas que ficam à mercê da sorte em relação ao "viver" o dia do amanhã.

Sendo assim, entendemos que num esforço conjunto poderíamos criar programas que retirassem estas pessoas das ruas, executassem uma triagem e oferecessem condições mínimas para que os mesmos pudessem prosseguir em suas caminhadas.

REQUERIMENTO Nº 661

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Mário Pereira, DD. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam realizados estudos para a implantação do projeto "Pedras Irregulares", no município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda envio de correspondência aos ilustres Srs. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores de Iporã.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O projeto denominado "Pedras Irregulares", desenvolvido pelo Governo do Estado através da Secretaria dos Transportes, visa pavimentar as vias secundárias das cidades, vilas e distritos, com o assentamento de paralelepípedos disformes, cujo custo é bastante inferior ao asfalto convencional, com isso possibilitando levar conforto e melhores condições de trânsito aos lugares mais periféricos habitados por população menos favorecida economicamente.

REQUERIMENTO Nº 684

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, solicitando ao mesmo a adoção das medidas necessárias à nomeação dos peritos criminais aprovados em concurso público e, posteriormente, no curso da Escola de Polícia Civil, tendo em vista a grande demanda de servidores na área, já que há mais de 10 anos não se tem notícias de nenhuma nomeação no setor, aliás um dos mais importantes da Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) JOSE TAVARES

REQUERIMENTO Nº 687

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná à Companhia de Saneamento - SANEPAR, solicitando a implantação urgente de rede de esgoto no Conjunto Residencial Moradias Paritã, bairro Santa Amélia (Fazendinha), nesta Capital.

Inaugurado há mais de 10 anos, o Conjunto Residencial Moradias Paritã é habitado por cerca de 80 famílias (são 32 casas e 56 apartamentos). Lamentavelmente, por falta de rede de esgoto apropriada na localidade, as inúmeras famílias que lá se encontram, estão vivendo em precaríssimas condições. As quatro fossas que recebem os esgotos das moradias transbordaram e todo tipo de dejetos está voltando às casas, tornando-se praticamente inabitáveis.

Diante disto, confiamos nas providências da SANEPAR, dentro da brevidade que o próprio caso requer.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 688

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental,

após ouvido o duto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo o editorial do jornal O Estado do Paraná, de 12 de maio p.p., intitulado "Educação Integral".

Em apropriadíssimo texto o conceituado jornal destaca a política social do Prefeito de Curitiba, arquiteto Jaime Lerner, sobretudo sua preocupação com a infância e a adolescência, e a solução apontada através da Educação Integral.

Lembra o editorial que a Constituição "que governa a pobres e ricos, garante para todos os cidadãos, indistintamente, direitos sociais. E entre tais direitos, estão a educação, a saúde, o lazer e tudo mais. Para as crianças, entretanto, a Carta Magna, com "absoluta prioridade", garante "direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária", determinando ao Estado a promoção de programas de assistência integral à saúde da criança. Por isso - conclui - esse discurso dos Centros de Educação Integral tem que ser ouvido com especial respeito e comovido reconhecimento."

Idéia preconizada e apaixonadamente defendida pelo Governador do Rio de Janeiro, engenheiro Leonel Brizola, as escolas integrais não são apenas escolas, são verdadeiros instrumentos para construção da cidadania nas nossas crianças.

Nos CIEP's de Brizola, nos CIEM's de Alceu Collares, nos CIAC's de Collor ou nos CEI's de Jaime Lerner, a idéia principal é instrumentar a criança para o seu desenvolvimento. Há uma preocupação constante com as condições para esse desenvolvimento. A escola pública que não está preocupada com a carência familiar, com a desnutrição e a falta de assistência médica, quer construir sobre o lamaçal, o que não é recomendável. As escolas integrais querem e procuram ser essa educação alicerçada na liberdade, na criatividade, na democracia, na apropriação do conhecimento universal e historicamente acumulado pela sociedade, na solidariedade. Essas "ferramentas" aliadas a um modo crítico de ver e de ler as relações sociais vão capacitar as crianças de hoje para serem cidadãos do futuro, interferindo e transformando nossa realidade.

Darcy Ribeiro, educador reconhecido mundialmente, já disse porque as escolas integrais não podem ser iguais às demais escolas, porque as escolas integrais partem de outra filosofia. Elas são a maior evidência que a criança está no centro do processo pedagógico e esse processo só poderá ser orientado mediante o conhecimento e controle prévio das variáveis que interferem no desenvolvimento da criança.

O Estado do Paraná é um jornal sério, marcado pela defesa das posições que orientam para os interesses do Paraná e do povo paranaense. Ao lidar com tanta clareza e desenvoltura com o tema da educação integral, presta um grande serviço às crianças brasileiras, sobretudo a essas que estão no caminho da mendicância, passando o dia trancadas solitariamente nas palafitas, correndo nos trapiches, enfim, perambulando em andrajos, pelas terríveis cenas de nossas mazelas sociais. O Estado do Paraná mostra que mais do que um plano personalista, as escolas integrais são um importante caminho para o Brasil, que está sonhando com o crescimento, com justiça social.

Fazer escolas integrais, como está fazendo o prefeito Jaime Lerner, é debruçar-se para administrar a cidade, é administrar com um coração sensibilizado pelos nossos problemas sociais, é traçar diretrizes com firmeza e responsabilidade. Por isso a Prefeitura Municipal de Curitiba aplica entre 35% e 40% do seu orçamento em educação.

Contar com o apoio de órgãos de comunicação responsáveis e independentes, como O Estado do Paraná, é também importante para esse projeto de futuro e justiça, que se chama Educação Integral.

Por esta razão, pedimos que o editorial de O Estado do Paraná, do dia 12 de maio próximo passado, seja inserido nos anais do Poder Legislativo, e que ao seu autor sejam transmitidos os cumprimentos do Parlamento Estadual do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) ALGACI TOLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 131/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar as Centrais de Fotocópias nos municípios paranaenses.

Parágrafo Único - Em cidades com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes poderão ser criadas tantas Centrais quanto necessárias.

Art. 2º - O local de instalação e os funcionários que permitirão o funcionamento das Centrais de Fotocópias serão adaptados e remanejados respectivamente.

Art. 3º - Todo órgão público estadual terá direito a uma cota máxima diária e a uma cota máxima mensal.

Art. 4º - A presente lei entrará em

vigor na data de sua publicação, ficando o Poder Executivo autorizado a implantação gradativa, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Em todos os municípios paranaenses existem vários órgãos do Estado, que tem necessidade constante de fotocópias, essenciais no trabalho dos mesmos, tendo em vista, que na maioria são núcleos de Secretarias, ou escritórios de representação de Secretarias de Estado e como tal, recebendo informações necessitam urgente divulgação de metas de trabalho, ou repasse de instruções que fazem com que uma fotocopadora seja essencial ao seu trabalho diário.

Atualmente cada núcleo estadual, ou escritório que represente o governo e até escolas estaduais que possuem fotocopadoras, locaram ou compraram através de promoções ou doações pela comunidade, e são manipuladas por pessoas sem treinamento específico, o que faz com que a qualidade das cópias não sejam perfeitas e propiciem gasto excessivo de papel por falta de treinamento o que gera desperdícios, ou pela má qualidade do equipamento, que só alimenta as despesas para o Estado.

Sendo assim, entendemos que ao criarmos as Centrais de Fotocópias, estaríamos criando o local apropriado, o equipamento adequado e a pessoa treinada e especializada para o setor, propiciando economia de material, papel e manutenção.

Ficam ainda atendidas todas as repartições públicas estaduais, centralizando equipamentos, materiais, papéis e principalmente pessoas técnicas e treinadas para este fim.

PROJETO DE LEI Nº 132/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado "Rodovia Prefeito João Alexandre" a Rodovia Estadual PR-559, trecho que interliga Paranavaí à Tamboara.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa denominar de Rodovia JOÃO ALEXANDRE; o trecho da Rodovia Estadual PR-559, que interliga Paranavaí à Tamboara.

João Alexandre, prefeito municipal de Tamboara por duas vezes, nos períodos de

1969 à 1973 e 1989 à 1992; sendo ainda por duas vezes vereador do município, falecendo de maneira trágica, vítima de bárbaro crime perpetrado por seres inumanos, fato este que gerou grande repercussão a nível nacional.

A frente do executivo Municipal realizou diversas obras para o engrandecimento de Tamboara, tais como: implantação do sistema de água, implantação do sistema de combate à erosão, pavimentação asfáltica, reforma de Colégios, construção de três pontes em alvenaria, e diversas outras obras, sendo querido e respeitado em sua cidade.

Anexamos ao presente, justificativa da Câmara Municipal de Tamboara, bem como a concordância de seus edis.

Por suas obras e seu exemplo, ficará para sempre marcada a figura de João Alexandre, caso receba esta homenagem, este que teve sua vida ceifada por indivíduos inomináveis, é que esperamos o apoio de nossos Pares a esse projeto.

PROJETO DE LEI Nº 133/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "INSTITUTO VIDA NATURAL", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Instituto em questão, fundado em 15 de novembro de 1989, é sociedade de natureza civil, sem fins lucrativos, com sede e foro nesta capital.

Destina-se, entre muitas outras atividades, a dar assistência social nas áreas da saúde, educação e cultura. Criando e mantendo estabelecimentos de promoção à saúde, ensino e pesquisa; promovendo estudos e pesquisas nos domínios das ciências aplicadas; promovendo a assistência terapêutica, orientação social e psico-educacional à comunidade; promovendo educação ambiental e sanitária, tendo em vista a manutenção do equilíbrio ecológico e a qualidade de vida; colaborando com o Poder Público nas áreas de atuação acima nominadas.

O Instituto Vida Natural está filiado com muitas instituições, tais como: Confederação Internacional de Associação de Medicinas Alternativas Naturais - Organismo oficial N.G. da Organização Mundial da Saúde - OMS; Fundação Medicina Homeopática Biológica Mundial Kirpal (FUNHOMEDIK) -

Cali, Colômbia, Instituto de Medicina Tradicional - DAO - Madri - Espanha e Associação Sul-Brasileira de Terapeutas Naturistas.

Assim sendo, consideramos justa a medida aqui proposta e esperamos o devido apoio dos Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 134/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o SINDICATO RURAL DE CORNELIO PROCOPIO, com sede e foro na Avenida Minas Gerais, nº 890, no Município e Cidade do mesmo nome.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem o objetivo de declarar de Utilidade Pública o SINDICATO RURAL DE CORNELIO PROCOPIO, juridicamente constituído. Sua Diretoria não é remunerada, conforme determina seu estatuto. A entidade presta relevantes serviços gratuitos aos seus associados e a comunidade procopense.

PROJETO DE LEI Nº 135/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E TRATAMENTO DO ALCOOLISMO", com sede na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A A.P.T.A. desenvolve no município de Campo Largo um belo trabalho de recuperação, pesquisa e tratamento do alcoolismo. O alcance da entidade, no entanto, já ultrapassou os limites do município sede, uma vez que a cada dia recebe mais e mais pessoas de todo o Paraná que sofrem da referida doença e buscam a recuperação.

Os resultados obtidos pela A.P.T.A. são fantásticos, apesar da dificuldade de recursos para sua manutenção, pois trata-se de entidade filantrópica, sem qualquer fim lucrativo, sendo que as pessoas que a procuram, normalmente, não possuem renda suficiente para custear totalmente o tra-

tamento.

A Câmara Municipal de Campo Largo já declarou a Associação de Utilidade Pública municipal. Entretanto, o ilustre vereador Raul Negrão solicita a manifestação desta Casa de Leis para que a entidade, também, seja declarada de Utilidade Pública estadual.

Os documentos em anexo mostram que a solicitação atende plenamente os requisitos da Lei Estadual que regulamenta a matéria. E mais, pois a mesma documentação anexada justifica plenamente a manifestação da Assembléia, por ser medida de inteira justiça.

Desta maneira, solicitamos o apoio dos demais Pares para aprovar o presente projeto de Lei, que tanto beneficiará paranaenses que necessitam deste tipo de tratamento, premiando outros conterrâneos que estão dedicando suas vidas, bem como suas poucas economias, para salvar outras vidas, num trabalho incansável de solidariedade humana.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem passou-se uma data histórica para nós e para o País. Histórica no sentido de que a luta e a resistência negra continua há mais de cem anos, depois de que supostamente se aboliu a escravidão em nosso País.

Dia 13 de maio, se comemora o dia da "Libertação dos Escravos", isso na história da elite burguesa e das elites dominantes e capitalistas de nosso País, que historicamente vem incutindo na opinião pública essa data que supostamente ocorreu há mais de um século passado. Mas para nós e para os que continuam vendo a escravidão em nosso País, esta data é uma data histórica, não pelo que ela representa na história oficial, mas porque ela representa o dia de luta e resistência da raça negra em nosso País. Os indicadores sociais do Brasil mostram uma queda vertiginosa do já sofrível nível de vida da nossa população.

O Governo Collor não é novidade para nenhum de nós, no primeiro ano de mandato, conseguiu reduzir o PIB em mais de 5%, os salários foram arrochados brutalmente como continuam até hoje, a corrupção, a falta de princípios éticos banalizam-se, transformando-se em regra de jogo em nosso País e a maioria do nosso povo empobreceu. Empobreceu ainda muito mais enquanto aumentou e continua aumentando a concentração de rendas de capital e de poderes em nosso País. O desemprego, a miséria e a

recessão se alastram como um câncer pelo tecido social brasileiro.

Queremos destacar que no dia 13 de maio passado, ontem, marca a abolição formal da escravidão no Brasil. Sabemos também que a situação atual do País intensifica a violência contra o povo negro, através de muitos meios, através do extermínio de meninos e meninas de rua, da favelização, da criminalidade, da esterilização indiscriminada de mulheres negras, da degradação social.

Historicamente os negros foram discriminados, encontrando uma série de barreiras para ingressarem no mercado de trabalho no Brasil, para terem acesso ao ensino no nosso País. A disseminação de preconceitos raciais é uma realidade, não é monopólio da burguesia branca sul-africana ou das classes dominantes norte-americanas que absorveram policiais brancos que espancaram negros em Los Angeles e que culminou naquela triste história para a humanidade, quando daqueles turbulentos e violentos conflitos raciais nos Estados Unidos, e porque não mencionarmos o que ocorre ainda hoje, em tantos outros da África do Sul e em tantos outros países do mundo.

Surgem agora propostas ainda piores como a "Pena de Morte", que procuram legitimizar e oficializar o extermínio e a repressão sobre os setores empobrecidos e marginalizados da nossa sociedade. Seus defensores esquecem que os nossos problemas são de ordem social e não de ordem política, as receitas do neo-liberalismo, trazem embutida em si, a miséria e o acirramento dos conflitos sociais e o exemplo claro é só olhar para o Brasil nos dias de hoje. Medidas repressivas e autoritárias que se utilizam da desinformação e do desespero da nossa população são incapazes de resolver estes problemas na atual situação em que vivemos.

Queremos aqui, em nome de nosso partido, em nome do Partido dos Trabalhadores, nos solidarizar com o povo negro do Brasil, com o povo negro do Paraná, queremos nos solidarizar com a sua luta de resistência e denúncia à população brasileira do que ocorre hoje, na opressão e na perseguição e discriminação racial contra os negros no nosso País.

Em nome do nosso partido, queremos nos solidarizar com o povo negro, contra a discriminação racial e pela afirmação dos valores culturais de que são portadores. Um grande desrespeito que a sociedade brasileira tem com a cultura do povo negro, no nosso País.

No dia de ontem, que se passou esta data histórica no nosso País, queremos estar juntos e manifestar a nossa solidariedade e nosso apoio às lutas do povo negro contra a sua discriminação e contra esta

situação que se lhes impõe o País hoje, pelas condições que estamos postos pelo atual Governo e pela atual conjuntura social e nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Hoje, quinta-feira, é o primeiro dia desta semana em que eu e a Deputada Emília Belinati nos fazemos presentes, na Sessão, e aqui nós queremos prestar contas de nossa ausência, nestes três dias que se passaram.

Nós estivemos em Brasília, a convite da Organização Mundial de Saúde e da Organização Panamericana de Saúde, no 1º Encontro Parlamentar do Brasil, para debater democracia e saúde.

Foi um Encontro importante, no qual havia Parlamentares Estaduais do Brasil inteiro e de todos os partidos. Nós debatemos temas como democracia, ajuste econômico e custos sociais. Que são temas que, aparentemente, dão a impressão que nada têm a ver com saúde, mas não existe população nenhuma que tenha saúde, se ela não estiver vivendo num regime democrático. Pela própria definição de saúde, a definição clássica da Organização Mundial de Saúde é o bem-estar físico, social e mental, já mostra que a democracia é importante para que a população daquele país viva tendo saúde.

Quando se fala em ajuste econômico, temos que entender claramente que com população miserável, com população pobre, só temos fome, e tendo fome, é lógico que teremos muita doença e nada de saúde! É lógico também que as questões econômicas refletem também nas condições de saúde, diretamente. Os ajustes feitos nos últimos anos, chamados ajustes, vamos dizer, nada mais são do que achatamentos salariais e concentração de rendas, no nosso País. E isso tem refletido na nossa qualidade de vida e nas condições de vida e de saúde da população.

Outro tema debatido foi sobre Direitos Sociais e Reforma Constitucional. Nesta reunião, analisando os direitos sociais, conquistados e garantidos na nossa Constituição, vemos claramente que eles não estão sendo executados. Não estão sendo colocados em prática e é necessário que se faça isso de imediato, para garantir direitos sociais à população brasileira. E é necessário, na tão propalada e falada Reforma Constitucional, estes direitos sejam mantidos, na íntegra, uma vez que eles ainda nem sequer foram cumpridos e numa

reforma, poderemos ainda correr o risco de perdê-los!

Uma terceira Mesa Redonda foi sobre a Conjuntura Nacional e o papel legislativo na saúde, aonde demonstra - e ficou claro - que a maioria dos Legislativos brasileiros não tem atuado incisivamente na questão saúde, não tem atuado no sentido de contribuir para o avanço democrático do setor saúde e o controle social; e inclusive, agora, eu quero cobrar da Presidência desta Casa que coloque na pauta do dia, o mais rápido possível, o Decreto Legislativo que coloca como inconstitucional o Conselho Estadual de Saúde, que foi feito por decreto, desrespeitando a Constituição Estadual do nosso Estado. Já tem parecer da C.C.J., já tem, já está pronto para entrar na Ordem do Dia, portanto, já se faz atrasado que se coloque essa questão, porque é necessário debater neste Parlamento a democratização da saúde e a democratização do controle sobre o sistema de saúde, que deve se dar via conselho.

E nessa análise de conjuntura, foi conclusivo por todos os Parlamentares, que o reflexo e as condições de saúde da população não só diz respeito à atual Constituição, mas sim também é reflexo da estrutura de concentração de terra e de riqueza do nosso País.

Portanto, aqui nós justificamos porque estávamos ausentes esses três dias, foi para trabalhar, foi para debater questão importante como a saúde. E no final da sessão de ontem, foi feita a Carta de Brasília, carta essa que teremos em mãos, a redação final na próxima semana e que solicitaremos oportunamente a inserção dessa Carta nos Anais desta Casa, porque devemos explicar a essa Casa, uma vez que nós fomos representando a Assembléia Legislativa a convite da Organização Mundial da Saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa e para apreciação dos Srs. Deputados alguns Requerimentos e um projeto de lei que passamos a sua leitura. (Lê):

"SOMULA: Cria as Centrais de Fotocópias no Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar as Centrais de Fotocópias nos municípios Paranaenses.

Parágrafo Único - Em cidades com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes poderão ser criadas tantas Centrais quanto ne-

cessárias.

Art. 2º - O local de instalação e os funcionários que permitirão o funcionamento das Centrais de Fotocópias serão adaptados e remanejados respectivamente.

Art. 3º - Todo órgão público estadual terá direito a uma cota máxima diária e a uma cota máxima mensal.

Art. 4º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando o Poder Executivo autorizado a implantação gradativa, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Em todos os municípios paranaenses existem vários órgãos do Estado, que têm necessidade constante de fotocópias, essenciais no trabalho dos mesmos, tendo em vista, que na maioria são núcleos de Secretarias, ou escritório de representação de Secretarias de Estado e como tal, recebendo informações necessitam urgente divulgação de metas de trabalho, ou repasse de instruções que fazem com que uma fotocopadora seja essencial ao seu trabalho diário.

Atualmente cada núcleo estadual, ou escritório que represente o governo e até escolas estaduais que possuem fotocopadoras, locaram ou compraram através de promoções ou doações pela comunidade e são manipuladas por pessoas sem treinamento específico, o que faz com que a qualidade das cópias não sejam perfeitas e propiciem gasto excessivo de papel por falta de treinamento o que gera desperdícios, ou pela má qualidade do equipamento, que só alimenta as despesas para o Estado.

Sendo assim entendemos que ao criarmos as Centrais de Fotocópias, estaríamos criando o local apropriado, o equipamento adequado e a pessoa treinada e especializada para o setor, propiciando economia de material, papel e manutenção.

Ficam ainda atendidas todas as repartições públicas estaduais, centralizando equipamentos, materiais, papéis e principalmente pessoa técnica e treinada para este fim.

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, solicita envio de expediente ao Provopar, LBA, Secretaria do Trabalho e Ação Social e CBIA, requerendo providências no sentido de liberação de recursos urgentes para que os municípios paranaenses possam reverter o triste quadro que assola a maioria das cidades paranaenses, onde bancos e chão das rodoviá-

rias, bancos de praças e jardins, abrigos de ônibus, coberturas de estabelecimentos comerciais, pontes, viadutos e até árvores servem de pousada para crianças, senhoras e até famílias inteiras.

Sala das Sessões, 11.05.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

É inadmissível virarmos as costas para situação tão deprimente vivida por milhares de famílias brasileiras. Com a forte recessão que ora enfrentamos, é cada vez maior o número de crianças, senhoras, adolescentes e até famílias inteiras que dormem ao relento.

Com a aproximação do inverno, entendemos que tal situação venha a recrudescer, colocando em risco até a vida destes irmãos menos favorecidos.

A sociedade não pode ficar omissa a esta situação. Na maioria das cidades paranaenses existem Ginásios de Esportes cobertos, Centros Comunitários e até escolas que poderiam socorrer estas pessoas que ficam a mercê da sorte em relação ao "viver" o dia de amanhã.

Sendo assim, entendemos que num esforço conjunto poderíamos criar programas que retirassem estas pessoas das ruas, executassem uma triagem e oferecessem condições mínimas para que os mesmos pudessem prosseguir em suas caminhadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário Requer envio de expediente ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Affonso Camargo, solicitando especial atenção ao seu Estado natal, na recuperação da malha rodoviária federal, tendo em vista o conhecimento do mesmo das dificuldades e necessidades, pois conviveu e sabe com real presteza de todos os "pontos negros" e situações insustentáveis da malha rodoviária federal que serve o nosso Paraná.

Sala das Sessões, 12.05.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Entra e sai governo, e o Paraná, maior produtor de grãos do País, região eminentemente agrícola e com um porto eficiente para exportar produtos agrícolas do Estado e da Nação, vê suas dificuldades de escoamento da produção, cada dia mais prejudicadas, pela péssima situação de conservação das rodovias federais em nosso Estado.

Entendemos que embora a posição possa ser "bairrista" chegou a hora do paranaense Affonso Camargo, Ministro de Estado dos Transportes, olhar com carinho e priorize as necessidades do Paraná, que não pede favores, mas sim cobra o que lhe é devido,

dado ao seu potencial de produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, vem Requerer envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. GILBERTO SERPA GRIEBELLER, solicitando ampla campanha publicitária, de esclarecimento à população sobre o perigo no uso de fogos de artifício e os enormes riscos de incêndio que são provocados por balões que são lançados e não tem local definido para sua queda, colocando em risco milhões de vidas e propriedades.

Sala das Sessões, 11.05.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Com a aproximação do mês de junho, onde são consagradas comemorações de dias Santos, com realização de Festas Juninas, prolifera o uso indiscriminado de fogos de artifício que provocam mutilações por mau uso, conhecimento do poder do artifício e não controle dentro de normas de segurança, a preocupação em esclarecer pais, adolescentes e crianças dos perigos e da inutilidade no uso destas verdadeiras armas, se torna imprescindível para a segurança da população.

Maior ainda é a necessidade de esclarecimento da soltura de balões alçados sem normas de segurança e levados a distâncias e locais imprevisíveis, com grande risco de provocar incêndios, explosões, enfim catástrofes que poderiam ser evitadas com a conscientização da população.

EURIDES MOURA"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Aqui já se debateu muito em relação à segurança no nosso Estado. E hoje encaminhei à Mesa um requerimento de nossa autoria, requerendo um voto de louvor ao Delegado de Polícia do Município de Cianorte. E as razões elas se prendem pelo fato de que nós tivemos durante um período, em Cianorte, um clima de intranquilidade aonde a população viveu momentos difíceis com as ondas de seqüestro que lá ocorreram, e por determinação do Senhor Secretário de Segurança, Dr. Moacir Faveti e do nosso Delegado Geral da Polícia Civil no Paraná, Dr. José Maria Correia foi designado para assumir a Delegacia de Cianorte o Dr. Antônio Alves de Oliveira Júnior, e a partir dessa data que o Dr. Antônio assumiu as

Curitiba, quinta, em 14.05.92

rêdeas do comando de segurança de Cianorte, a população passou a viver num clima de tranquilidade, e nós queremos registrar aqui nos Anais dessa Casa, inclusive ofício que recebemos da Câmara Municipal de Cianorte. (Lê):

"CÂMARA MUNICIPAL DE CIANORTE

OFÍCIO Nº 085/92

Cianorte, 11 de maio de 1992.

Senhor Deputado.

Temos a grata satisfação de informar Vossa Excelência que, após a posse do Delegado de Polícia Civil em Cianorte, Dr. Antonio Alves de Oliveira Júnior, as ocorrências policiais foram reduzidas a índices baixos, trazendo à população cianortense tranquilidade e segurança nesta área.

Diuturnamente, a atuação do Delegado tem sido pronta e eficaz.

Sendo o que nos apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

(a) LUIZ ZAMPAR

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE CIANORTE

Exmo. Sr.

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

DD. Deputado Estadual

Curitiba-PR"

Então, nós queremos dizer que cobramos também da polícia quando necessidade houver.

Mas não podemos nos omitir de parabenizar, de reconhecer, sem dúvida nenhuma, quando a polícia tem a sua eficiência, quando a polícia está correspondendo com seu cargo, com sua responsabilidade de manter a segurança, e nós fazemos nesse momento um pedido aos Senhores Deputados que votassem esse requerimento que apresentei em razão de reconhecimento de um trabalho sério que está sendo desenvolvido, e quero desejar que todos os outros municípios paranaenses tenham através de seus representantes legais que são os Senhores Deputados a mesma felicidade que posso registrar hoje conforme ofício da Câmara Municipal de Cianorte.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhora Deputada Emília, prezados colegas.

O assunto que volto a tratar nesta oportunidade está sendo motivo de polêmica no Brasil todo já que é um assunto nacional, mas que temos no Paraná uma manifestação específica, peculiar, principalmente

em função dos discursos e das denúncias do Senhor Governador com relação ao sistema financeiro de habitação nacional.

Mas, recentemente o Secretário da Habitação, Luiz Cláudio Romanelli, encaminhou relatório através de um expediente, um ofício, que a imprensa muitas vezes chama de "dossiê" e que Sua Excelência, o Secretário da Habitação esclarece com minúcias o que está acontecendo no Paraná muito especialmente com relação às casas populares construídas com recursos do Ministério da Ação Social ou do Fundo de Garantia, não interessa, mas que são obras do Governo Federal e em relação às unidades feitas com recursos do Estado ou mesmo da União juntamente com as Prefeituras custam, seguramente, três ou quatro vezes menos.

No Paraná está provado que o Estado, através da sua Secretaria específica de Habitação, em convênio com as Prefeituras, estão construindo casas populares de maior tamanho que as do Governo Federal, que de regra é de vinte e sete metros quadrados, enquanto o Estado constrói casas populares de quarenta e quatro metros quadrados por preço mais ou menos de três a quatro vezes menor.

E o que aconteceu? O que está acontecendo?

Não sei se maldosamente ou com muita inteligência querem truncar as coisas como se fôssemos todos idiotas dizendo que não, que não é verdade.

O Deputado Oswaldo Trevisan, no início da semana, e levando às suas mãos este relatório ou documentário como quer que se chame o "dossiê" e foi, inclusive, aparteado, contestado em suas alegações com base nos números do documento.

E o que me traz a esta tribuna é justamente isso. A imprensa toda do Brasil, quero crer, mas eu vi a do Paraná, anunciou que o Senhor Governador do Estado estaria denunciando ao Paraná três ou quatro Deputados Federais envolvidos na liberação de recursos para construção de casas populares.

E esta Assembléia, através das Bancadas, já que somos aqui mais de dez partidos, nesta Casa tomou-se posições contrárias, Deputados defendendo o Governador, combatendo o Governador, alguns Deputados Estaduais defendendo colegas da Câmara Federal. Interessante, não é!? Não é isso o que se discute. O que se discute? O que se discute é um sistema nacional que, repetindo, constrói uma casa por um preço que o Estado do Paraná constrói com seus Prefeitos três ou quatro unidades em vez de uma.

Não há nenhum interesse nosso em criticar Deputado Federal porque sua obrigação é como a nossa levar recursos, mora-

dias para os municípios de sua representação. O custo da obra, a fiscalização da aplicação séria e honesta do dinheiro é de quem paga. Portanto, o Ministério da Ação Social tem que conversar, tem que falar. E a Caixa Econômica, embora somente gestora de recursos do Fundo de Garantia, também precisa falar, mas muito mais o Governo Federal, porque as declarações, não só do Senhor Governador do Estado, mas como também do Secretário da Habitação, Romanelli, são verdadeiras, inquestionáveis. Não se pode tapar o sol com a peneira. Alguém está cobrando demais ou ganhando demais. Este é o quadro.

Na minha cidade, Nova Esperança, eu ouvi ainda ontem ou anteontem aqui o ilustre Deputado Ernani Pudell, que representa a grande cidade de Cascavel, fazendo referência a conjuntos habitacionais na sua cidade, outros Deputados em suas cidades e eu tenho também na minha cidade de origem, que me mandou para cá, Nova Esperança, lá também construíram-se quatro núcleos de habitação popular, com cerca de 500 casas, de 27 metros quadrados, Senhores Deputados, cujas prestações estão além de 120 mil cruzeiros. É inexplicável. Com um salário mínimo de 96 mil cruzeiros.

Quem é que mora em casa de 27 metros quadrados, em Nova Esperança, em Arapongas, em Cascavel é o trabalhador rural, o bôia-fria.

As casas foram feitas exclusivamente para "bôia-fria", trabalhador rural que mora na cidade? Não, mas o padrão de vida é o mesmo. Lá ninguém ganha três, quatro, cinco salários mínimos para pagar uma casa de 27 metros quadrados, 100 mil cruzeiros, com um salário mínimo de 96 mil cruzeiros.

E o que é que nós queremos dizer, que estamos a favor dos Deputados Federais, que em virtude do seu trabalho, destinam, conseguem recursos e casas para suas regiões.

Não somos contra ninguém, porque ninguém está sendo denunciado. A denúncia é do sistema todo, de forma global, que alguém tem que dizer, porque realmente eu venho aqui também dizer que as alegações são verdadeiras, os preços são esses de um para três, de um para quatro e o que resulta disto? Pessoas que moram nessas casas de 20 a 27 metros quadrados não podem pagar as suas prestações.

Há várias, dezenas de ações no Judiciário, pedindo uma solução, mas a solução tem que ser administrativa. Como é que nós vamos acionar o Judiciário se envolve o Brasil inteiro, o Paraná inteiro. A solução tem que ser administrativa, urgente.

Como ficam as futuras casas populares? Será que o Governo Federal tem condições morais de construir casa nos preços que vem executando? Por que não dar o dinheiro

ao Governo do Paraná e aos Governadores do Brasil inteiro? Por que não transferir ou entregar o dinheiro aos Governadores e eles aos Prefeitos das cidades e o Governo Federal que fiscalize rigorosamente a aplicação dos recursos? É tão simples, tão fácil. Não se pode mais ficar aqui à ler jornal todo dia de ataques, defesas e insinuações, justificativas infundadas, a verdade é claríssima, insofismável.

Alguém está cobrando mais do que deve. Quem? Não interessa. O Governo Federal está pagando mais do que vale e do que deve e não tem tanta gente burra assim em Brasília, portanto nos preocupa. As construções existentes, como ficam? Ninguém está podendo pagar. Algumas pessoas podem pagar. Permitam-me, apenas me ocorre agora, em Nova Esperança um conjunto, apenas um que não é de 27 metros quadrados, mas de 36 e 42 metros quadrados, há um usuário lá que recebeu no mês passado aviso que vai para além de 500 mil cruzeiros, uma casa de 42 metros quadrados, repito. Ora, o que é isso, nós vamos continuar assim?

Não se pode, é necessário, é preciso que as autoridades competentes procurem dar solução o mais rápido possível para as prestações, para as casas já existentes de 20, 27 metros quadrados, do metro quadrado com prestações de 100/200 mil cruzeiros, enquanto as casas do Governo do Estado e as Prefeituras cobram apenas 18 a 20% do salário mínimo.

Não é brincadeira, não, meus irmãos. Nós vamos esperar o Judiciário até quando? É número 2, e as futuras construções como vão ficar? Será que o Governo Federal não pode através do Ministério competente repassar, repito, repassar o dinheiro ao Governador do Estado do Paraná. Não. Dos Governadores do Brasil, dos Prefeitos do Brasil, e os fiscalize rigorosamente. É muito simples. Cada um de nós aqui sabe quanto custa uma casa de 20 metros ou 30 metros, meus amigos. Cada um de nós aqui sabe quanto custa um milheiro de lajota, um saco de cimento. Qual é? Aqui ninguém é bobo. Então por que não se pega o dinheiro e se dá a quem vai realizar?

O Sr. Antônio Costenaro - Permite-me um aparte, Deputado?
(Assentimento).

Deputado Basílio, realmente nós queremos parabenizá-lo por essas afirmações, suas colocações, o problema sério de moradia em nosso País, quando nós sabemos que os milhares de brasileiros pagam muito caro a moradia, seja o aluguel, insuportável para o pobre que ganha pouco. Muitos ganham pouco e não podem comprar a sua casa, a sua pequena casa, porque os poucos ricos que dominam a construção civil neste País, na verdade a máfia da construção, esta

grande verdade, esses levam todo o dinheiro, falindo os fundo que são criados, justamente para proteger o trabalhador. Isto nos deixa numa situação desesperadora, porque os anos passam e nada acontece.

O que nós vemos, sim, é aquilo que Vossa Excelência acabou de afirmar, que uma casa aonde você pensa mais que é a casa do cachorrinho, e não cachorrinho rico, na verdade, porque é tão pequeno que até tem uma porta só para que ele possa morar. Isto na verdade fica numa situação humilhante, impossível de sobreviver porque transformamos o nosso País, que é pobre, nos trabalhadores de um modo geral, ganhando pouco mas rico o País na produção, e poucos com toda a riqueza na mão. Isto é uma tristeza.

Na verdade, o trabalhador acaba morando sempre nas vilas, na favela, não tem outra maneira de viver ou então debaixo da ponte, quando nós sabemos que foram criados os fundos com o objetivo e aquele que convencia a todos nós, que era um dinheiro, um dos dinheiros mais bem empatados, fazendo a construção civil, fazendo a moradia.

Na verdade nós vemos o Governo Federal com a Caixa Econômica, com muito dinheiro mal administrado, a vergonha nacional, esta é a grande verdade.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Deputado Costenaro, muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento).

Deputado Basílio, eu já sei que o horário de Vossa Excelência, se encerra, eu só quero cumprimentá-lo pelo brilhante discurso que faz com relação aos mutuários e aos órgãos financeiros das casas do Brasil e do Paraná. Nós, há tempos atrás, fizemos um pronunciamento desta natureza, quando trouxemos aqui a manifestação da comunidade de Umarama e fico feliz em saber, de lá para cá todos nós estamos empenhados, sei que é o interesse de Vossa Excelência.

Conversava esses dias com o Deputado Ernani Pudell, falávamos também sobre as casas, e na verdade nós temos que tomar uma posição conjunta, independente dos Partidos políticos, e sensibilizarmos o Governo para que regionalize os recursos da Caixa para que em cada Estado seja melhor fiscalizado, porque a continuar como está a solução que está acontecendo hoje já, os mutuários não estão pagando, não porque não querem, mas porque não têm condições de pagar.

Então, eu queria até me estender com alguns dados que tenho da região, para contribuir com o pronunciamento de Vossa

de Vossa Excelência, mas cumprimento-lhe pelo brilhante pronunciamento e tenho a certeza de que todos nós, juntos, havemos de buscar uma solução para o caso que aflige a toda a Nação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para concluir, Senhor Presidente.

Eu queria dizer que nos nossos discursos, nas nossas manifestações, nunca houve a intenção, nada contra o Sistema Financeiro, em si, contra a Caixa Econômica, que tem uma história de centenas de anos e que honram o País. Não é nada disso. A Caixa é apenas gestora, administradora dos recursos.

Nós temos e queremos uma resposta. Quem deve dar tem que falar, quem precisa falar é o Ministério da Ação Social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra, o Deputado José Tavares.
(Pausa).

Concedemos a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

Quero complementar, inclusive, o pronunciamento do ilustre Deputado que me antecedeu, e que hoje vi com muita preocupação no jornal "Gazeta Mercantil", a informação de que a Caixa Econômica Federal irá liberar um volume muito grande de recursos habitacionais, diretamente para construtoras revenderem, passarem à frente os seus conjuntos de apartamentos, principalmente, e destinados especialmente à classe média e classe média alta.

Enquanto o nosso povo mora em barracos, em favelas, em palafitas, debaixo de pontes, agora a Caixa, com recursos do trabalhador, irá financiar estes imóveis. É lamentável realmente.

Mas, infelizmente, as coisas não vão mal apenas na política de habitação do Governo Collor. Nós tivemos o desprazer de assistir a "novela" que se encenou junto ao Ministério do Trabalho, na gestão do sindicalista Magri. Fica evidente hoje que a indicação de Magri, para o Ministério do Trabalho e Previdência Social foi uma "jogada" muito bem feita no sentido de desmoralizar os sindicalistas, demonstrando que eles são incompetentes e corruptos.

Essa "jogada" o Collor tentou fazer. Mas, felizmente, o povo brasileiro é inteligente e sabe separar o joio do trigo.

O Magri, que foi o exemplo maior da incompetência administrativa neste País, nos legou pelo menos um patrimônio. Ele criou uma nova unidade, um novo padrão monetário pelo qual se mede a corrupção nes-

te Brasil.

Hoje, já não se fala mais em dólar. Fala-se em "um magri". "Um magri" significa trinta mil dólares de comissão, de "caixinha", de corrupção.

Então, é uma nova unidade monetária que foi estabelecida com a gestão do Magri, que facilita, a partir de agora, a nossa leitura dos escândalos que se sucedem neste País, especialmente através do Governo Collor.

Mas, passado o Magri, nós esperamos que pelo menos, já que os ex-auxiliares do Collor saíram todos, escorraçados do Poder, com denúncias de corrupção e certamente com as suas fortunas pessoais consolidadas, se esperasse que pelo menos daqui para a frente, nós pudéssemos ver um mínimo de moralização na coisa pública.

E, agora, indica-se um paranaense para o Ministério da Previdência Social. E nós que gostaríamos de ver o Paraná nos honrando com a presença de um cidadão que tivesse uma conduta moral ilibada e que nós pudéssemos nos orgulhar, lamentavelmente observamos mais uma vez que "botaram a cabrita para tomar conta da horta".

O nosso ilustre cidadão paranaense, Reinold Stephanes, que entrou no Ministério da Previdência Social com a missão de moralizar aquele Instituto de Previdência, pôr fim às "maracutaias", estabelecer um sistema de justiça, de probidade administrativa, agora lamentavelmente se descobre, por ação da Bancada de Vereadores do PT desta Capital que o nosso ilustre Ministro, trabalhou durante três anos e nove meses junto à Prefeitura Municipal de Curitiba, e aposentou-se aos 42 anos de idade, e inclusive computando-se adicional por tempo de serviço, vejam bem Senhores o escândalo que é, adicional por tempo de serviço com 22 anos de trabalho prestado, de vínculo com a Prefeitura, apenas três anos e nove meses de trabalho prestado, recebendo um adicional por tempo de serviço e hoje recebe uma aposentadoria de mais de 6 milhões de cruzeiros dos cofres do IPMC, dinheiro do povo para pagar aposentadoria.

Olha, se ele conseguir fazer esse milagre no Ministério da Previdência Social e fazer com que cada trabalhador que contribui com trabalho três anos e nove meses consiga uma aposentadoria dessas, o Brasil está salvo. Realmente é uma vergonha isso no nosso País, um cidadão ser Ministro e o Guardião da Caixa da Previdência Social e hoje está comprovadamente, e temos aqui informações oficiais com toda ficha funcional fornecida pelo IPMC de Curitiba, comprovando esse escândalo de imoralidade que atinge mais o paranaense.

Nós merecíamos depois do Alcení, coisa melhor. Eu até estou começando a achar que

o Collor tem alguma coisa contra o Paraná, é um ingrato, porque aqui ele teve uma vitória estrondosa. Será que dentre os homens públicos do nosso Estado, não é possível encontrar algum que não tenha um rabo na sua vida política, que pudéssemos nos orgulhar com a sua presença.

Então é lamentável. Nós da Bancada do PT, infelizmente somos obrigados a vir a esta tribuna, freqüentemente para denunciar esses fatos. O Paraná não merece isso, seu povo não merece isso.

Infelizmente era isso Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a tribuna apenas e tão somente para justificar e defender um Requerimento que estou encaminhando a douta Mesa Executiva desta Casa, dirigida ao Senhor Governador Roberto Requião no sentido de que Sua Excelência autorize a nomeação de inúmeros peritos criminais que foram aprovados em concurso público depois de terem também concluído curso de especialização na escola de Polícia Civil do Paraná.

Pelas razões seguintes - Primeiro Senhor Presidente e nobres colegas é que essas pessoas ao submeterem ao concurso público para o provimento dos cargos de peritos criminais deixaram, muitas delas, antigas funções que ocupavam, inclusive em empresas privadas.

E em segundo lugar porque existe uma real necessidade, uma demanda, uma carência efetiva de profissionais, de peritos, de técnicos, na área da Polícia Científica do nosso Estado. Todos nós sabemos da relevância de serviços, da importância, da excelência do trabalho do Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Paraná. Sabemos também que há mais de 10 anos que não se nomeia um só perito para o setor, e também sabemos que este órgão tem uma importância extremamente significativa na vida do Estado, isso porque são profissionais solicitados para exercitarem tarefas de perícia criminal ou civil da mais alta relevância, para que fatos tidos ou havidos, sejam esclarecidos, fatos criminosos ou ilícitos.

Portanto, é apenas, Senhor Presidente e nobres colegas para pedir o apoio de Vossas Excelências para este requerimento ao Senhor Governador, apelando a sua sensibilidade, apelando ao seu bom-senso, apelando à sua grande preocupação com a vida pública do Estado, muito especialmente com a Segurança Pública, que, levemente, não caminha muito bem, infeliz-

mente eu digo, aqui deste tribuna. A nomeação destas pessoas se constitui num clamor hoje da Polícia Civil do Paraná, se constitui numa necessidade do Instituto de Criminalística da Polícia Científica do Estado do Paraná e trata-se de pessoas, repito, aprovadas em concurso público e aprovadas também em curso de especialização da Escola da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não poderíamos deixar de registrar, nesta oportunidade, e creio até para deixar bastante claro o que afirmávamos há um ano ou pouco mais de um ano, desta tribuna, ato de Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, quando dizíamos, desta tribuna, que a invasão da competência do Legislativo pelo Executivo demonstrava, de fato, o autoritarismo que predominava em Sua Excelência, o Governador do Estado do Paraná.

Quando da extinção de uma conquista da sociedade organizada, quando da extinção de um direito de participação democrática a nível das escolas públicas do Estado do Paraná, quando em 1984 passaram a escolher os diretores das escolas através da manifestação da opinião pública.

Ganhou a Associação dos Professores do Estado do Paraná, naquela oportunidade. Mandado de Segurança para a não efetivação do desejo único e exclusivo do Governador Roberto Requião.

E, queremos registrar, também, nesta oportunidade, que tivemos também, em nome da sociedade organizada, o reconhecimento, através do Tribunal de Justiça da ação direta de inconstitucionalidade que impetramos junto aquela Casa de Leis, junto aquela Casa de Justiça, que impetramos através da ação direta 19.275, quando demonstrávamos aos Senhores Procuradores que o ato de Sua Excelência, o Senhor Governador, nada mais era do que um ato totalmente arbitrário, do que um ato totalmente demagógico e que demonstrava, de fato a sua característica de Governo oitocentista, e foi muito feliz a decisão do Tribunal de Justiça reconhecendo a ação direta de inconstitucionalidade, quando se atendo aos argumentos da nossa ação, diz (LÊ):

"TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 18.275-6, de Curitiba.

Autor: Paulo Maia de Oliveira.

Relator: Des. Ronaldo Accioly.

Ação direta de inconstitucionalidade, proposta por Deputado Estadual, do Decreto Estadual nº 849/91, que regulou a designação dos diretores de estabelecimentos de ensino público fundamental e médio da rede pública estadual do Paraná, através de prévia consulta - Alegação de defeito formal, com violação do art. 87, V, da Constituição do Paraná, e de invasão de competência do Poder Legislativo Estadual - Pedido liminar - Fundamentação relevante e perigo de demora também demonstrado - Deferimento da medida liminar.

Considerando-se relevante a fundamentação do pedido e demonstrado o perigo de demora, é de se deferir o requerimento de medida cautelar de suspensão dos efeitos e aplicação do decreto estadual impugnado, até o julgamento final desta ação.

ACORDÃO Nº 1512 - O.E.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de ação direta de inconstitucionalidade nº 19.275-6, de Curitiba, em que é requerente o Deputado Estadual Paulo Maia de Oliveira, sendo requerido o Governador do Estado do Paraná:

Acordam os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em sessão do Órgão Especial, por unanimidade de votos, em deferir a medida cautelar liminar para suspender os efeitos e aplicação do decreto estadual nº 849, de 31 de outubro de 1991, até o julgamento final desta ação.

1. O Deputado Estadual Paulo Maia de Oliveira, com apoio no art. 111, VII, da Constituição Estadual, pede ao Tribunal de Justiça a declaração de inconstitucionalidade, por vício formal, do Decreto Estadual nº 849, de 31 de outubro de 1991, que trata da designação dos diretores de estabelecimentos de ensino público fundamental e médio da rede pública estadual do Paraná, através de prévia consulta nos termos do procedimento ali previsto.

Pede o suscitante medida cautelar suspensiva, "initio litis", dos efeitos e aplicação do diploma regulamentar em questão.

O defeito formal que se invoca estaria na atuação do referido decreto como "regulamento autônomo", violando o art. 87, V, da Constituição Estadual, já que não busca o seu vigor e eficácia em qualquer outra norma que lhe seja imediatamente superior, além de invadir a competência do Poder Legislativo Estadual e de conflitar com a Lei Estadual nº 7.961, de 21 de novembro de 1984, que dispõe sobre escolha, mediante eleição direta, de diretores de estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

É óbvio que os Nobres Desembargadores não entraram na questão do mérito que deve ser julgado posteriormente, mas demonstram o que infelizmente, em muitos momentos,

esta Casa não apóia, fatos de que o Poder Legislativo não tem que andar de joelhos e muito menos de falar de joelhos com o Poder Executivo. É um Poder independente e com esta finalidade, obviamente, devia trabalhar na sua totalidade, o que infelizmente não acontece.

2. Sem antecipação de juízo sobre o mérito da arguição, considera-se relevante a fundamentação do pedido, tendente a demonstrar a plausibilidade do direito invocado.

O outro requisito para o deferimento da medida cautelar, o do perigo da demora, também foi demonstrado.

Aliás, o egrégio Órgão Especial deste Tribunal, recentemente, no julgamento do agravo regimental manifestado pelo Estado do Paraná no processo nº 19.082.1/01, de mandado de segurança, impetrado pelo Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Paraná e alguns professores, manteve, por unanimidade de votos, a decisão do relator concessória de liminar para o fim de suspender os efeitos da Resolução nº 3.826, de 6 de novembro de 1991, da Secretaria de Estado da Educação, onde se estabeleceu, para a indicação de Diretores de estabelecimentos da rede estadual de ensino, critérios análogos àquele previsto pelo já mencionado Decreto 849/91.

A presunção do "fumus boni iuris" e do "periculum in mora" foram, ambos, então admitidos naquelas decisões.

Tudo isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, trouxe às escolas públicas do Paraná, já sucateadas, já desrespeitadas de forma maciça expressiva nos governos do PMDB onde hoje nós temos uma escola sucateada, um professor desmotivado, uma promessa de que vai ser o professor mais bem pago neste País, quem sabe no final da gestão ou no final de vida de cada professor.

A extinção das eleições diretas pelo Governador Roberto Requião e o seu propósito de legislar na matéria através de Decreto evidencia o seu caráter liberal oitocentista, reacionário em relação a todo avanço da democracia participativa. Prefere ele, designar os diretores ignorando as manifestações mais legítimas das comunidades escolares, repudiando toda e qualquer possibilidade da sociedade civil e organizada de determinar seus próprios rumos. Isso demonstra, na verdade, todo seu personalismo, seu caráter caudilhesco, pretensiosamente entendendo que tendo sido eleito pelo voto, os seus atos são democráticos - a priori, ficando isento de qualquer possibilidade de controle por parte dos cidadãos.

É o mesmo que acontece hoje com o Governo Federal que dizia que o povo seria

respeitado e com o poder do povo, que era o voto que lhe havia sido dado, ele faria do Brasil o País dos descalços, dos descamisados e combateria a corrupção. Hoje é o que mais vemos neste País: a corrupção, os descalços e descamisados, de fato, acontecendo o que ele havia prometido de que ele acabaria e de fato está acabando, matando a todos de fome porque o desemprego e a recessão estão postos.

O Sr. Albino Corazza - Me permite um aparte?

Deputado Paulo Maia eu quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e principalmente pela vitória na justiça de uma conquista da educação do Paraná que foi a eleição direta dos diretores das escolas. Nós nos surpreendemos quando da assinatura desse Decreto cortando esse direito que foi uma conquista depois de tantos anos de governos autoritários neste País no período militar.

E nós sempre colocamos que as dificuldades que havia nas escolas estaduais não era a questão de falhas na atuação dos diretores, mas o problema que havia e que foi corrigido há poucos dias é que nossos diretores das escolas estaduais praticamente pagavam para serem diretores, recebiam menos do que se estivessem nas salas de aula. E essa decisão da Justiça do Paraná veio em boa hora para que a gente volte a acreditar que sem a participação da sociedade nós não vamos conseguir construir uma sociedade justa.

Parabenizo V.Exa. e tenho certeza de que todos os professores do Paraná recebem muito satisfeitos essa notícia que o Senhor nos traz na tarde de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço a contribuição de V.Exa. e mais adiante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos deixar registrado nesta Casa, que, ao nosso ver a manifestação do Poder Judiciário através dessa concessão desta liminar é um pequeno empecilho que se cria até a sua escalada personalista, a sua política de centralização, nas suas mãos todas as decisões do que seja melhor para o Paraná desprezando toda capacidade da sociedade civil organizada do Paraná em estabelecer o inverso quando do julgamento do mérito, mas temos certeza que isto aqui há de prevalecer pela consciência e pelo respeito que o Poder Judiciário dá e reconhece com relação ao Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Nós acreditamos que esta liminar concedida nesse período datado de 30 do mês de abril próximo passado e já publicado vai demonstrar que a prepotência, que a arrogância, que a camisa de força não se-

rão com certeza as formas que irão prevalecer para calar a boca da sociedade organizada, não serão as formas que irão prevalecer para tentar se desestabilizar toda sociedade que pretende e que através das suas organizações se manifestam contra esses tipos de atuação.

Nós destacamos essa ação, essa decisão do Tribunal de Justiça do Paraná porque reconhece a luta dessa classe incansável a que pertencemos porque sei da minha condição passageira aqui neste Poder, reconhece a luta de longos tempos, foi uma conquista que nós ganhamos na praça pública tendo inclusive que derramar sangue na nossa história de luta, isso é uma conquista que não nos foi doada, isto foi uma conquista de luta dos professores da rede pública estadual. E o reconhecimento que o Poder Judiciário dá a esta classe que na época do voto é a que melhor é reconhecida nas propagandas políticas, mas na hora das ações infelizmente é uma das que mais é desrespeitada pelas ações.

Concedo aparte a S.Exa. Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Paulo Maia, evidente que V.Exa. como bom tribuno que é, procura nesses momentos em que assume a tribuna, colocar o Governo do Estado numa posição de Governo que radicaliza, de Governo que apenas busca personalizar as suas ações, de Governo que atua com parcialidade no que diz respeito aos assuntos especial de educação.

Ao mesmo tempo em que V.Exa. enaltece e tece loas à atitude do Poder Judiciário do Estado do Paraná V.Exa. de alguma forma se manifesta contrário àquilo que também decidiu os magistrados federais quando também por liminar deram ao Governador do Estado razão no que diz respeito a aplicação da lei que estabelecia eleição direta para os diretores dos estabelecimentos públicos estaduais.

Então nós entendemos que são posições diferentes para uma mesma causa, aquela que V.Exa. adota da tribuna da Assembléia. O que o Governador Roberto Requião buscou tão logo assumiu a gerência administrativa do Estado do Paraná, foi buscar, perante os organismos competentes, o Poder Judiciário Federal, esclarecimentos e uma resposta sobre a constitucionalidade da lei que estava em vigor e que estabelecia as eleições diretas para os diretores de estabelecimentos públicos.

Naquela ocasião também, por uma liminar, V.Exa. sabe disso, o Tribunal Federal deu ao Governador que aquela lei tinha vícios de origem e que ele também se pautava pela inconstitucionalidade.

A partir do momento em que os efeitos daquela lei foram suspensos, entendeu Sua

tendeu S.Exa. o Governador que, para manter a democracia nos estabelecimentos de ensino, para manter eleições diretas nos estabelecimentos de ensino, para fugir daquilo que sempre nós todos questionamos, que era a indicação meramente política, entendeu que não poderia deixar a coisa a descoberta e deixou um decreto que normatizava as eleições, também diretas, dos diretores desses mesmos estabelecimentos.

V.Exa. entendeu que o decreto também carecia de respaldo constitucional e arguiu essa constitucionalidade perante a justiça paranaense, e também obteve uma liminar para tal.

Então, eu não vejo, Deputado Paulo Maia, que a atitude do Governador, que buscou, através de um decreto, normatizar eleições diretas para estabelecimentos de ensino, possa ser entendida como uma posição parcial, uma posição contra o setor educacional do Paraná.

Não posso entender e aceitar que V.Exa. venha à tribuna tentar desmerecer a postura que o nosso Governador vem adotando com relação ao ensino público paranaense quando libera recursos para construção de salas de aula, quando propõe à Assembleia, nós estaremos votando hoje, uma melhoria nos salários dos professores do Estado do Paraná, em especial uma gratificação a essas pessoas, quando melhora a gratificação daqueles que ocupam a direção dos estabelecimentos de ensino, quando melhora a gratificação daqueles que, em sendo professores, estão desempenhando funções administrativas em nível dos duplos.

Enfim, eu não posso entender que o Governador Roberto Requião possa ser por Vossa Excelência taxado até como se fosse um inimigo do setor educacional do Estado do Paraná.

O que pretendeu o Governador, Vossa Excelência muito bem sabe, foi esclarecer sobre a inconstitucionalidade da lei, como também Vossa Excelência buscou esse esclarecimento na Justiça.

Então, se errou o Governador Roberto Requião naquela ocasião, também errou Vossa Excelência: ele buscou um esclarecimento e obteve uma liminar: Vossa Excelência buscou um esclarecimento e obteve uma liminar. Não pode, portanto, ser o Governador taxado de parcial, posicionalista, radical, inimigo dos professores do Paraná porque ele vem buscando no dia-a-dia com muito interesse a democratização do ensino do Paraná, do gerenciamento do ensino do Paraná em todos os níveis, tanto que implementou, inclusive, o Conselho Escolar, que é mais uma forma de gerenciar democraticamente os estabelecimentos.

Portanto, eu não posso aceitar que o Governador esteja prejudicando o Magistério,

o ensino paranaense, que tenha só tomado atitudes que contrarie os interesses desse segmento.

Eu acho que o Governador Roberto Requião, com toda a certeza, vem tomando posições adotando posturas que tem, com clareza, auxiliado na melhoria das condições de trabalho, e nas condições de ensino do Estado do Paraná.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço o discurso de Vossa Excelência e não o aparte, mas quero deixar registrado, e Vossa Excelência sabe muito bem disso, que desde o início nós sugerimos a Vossa Excelência e à Bancada de Sustentação ao Governador na Casa que procurassem junto com a categoria e os seus órgãos de representação, se a lei estava falha, que se discutisse o aperfeiçoamento da lei e não a imposição da camisa de força, derrubando a lei e criando um decreto totalmente arbitrário.

E Vossa Excelência sabe muito bem, assim como em diferentes regiões do Paraná, também está caracterizado que vários diretores atuais que foram impostos nas escolas levam preferência aqueles que têm a assinatura de Deputados que dão sustentação ao Governo na Casa. Eu sou testemunha disso e se Vossa Excelência quiser posso, inclusive, posteriormente, citar alguns nomes.

Obviamente, me posicionei contrário àquela posição do Supremo Tribunal, por que?

Porque não tinha conhecimento aqui a Casa e nem o Tribunal de como esse processo se constituía.

E neste momento, bastante recente, o Tribunal do Paraná, através dos seus procuradores dá um exemplo de grandiosidade que nós não podemos deixar de destacar em hipótese alguma e nós vamos ter aqui a mesma postura que tivemos sempre, não teremos vergonha nenhuma de reconhecer as atitudes do Governo do Estado que beneficiem os professores, que beneficiem a sociedade paranaense, como já nos manifestamos em outras oportunidades e com certeza não teremos nenhuma vergonha em nos posicionar em fatos outros que venham beneficiar esta categoria.

Agora queira Deus e esperem os professores que esses fatos não se repitam com a mesma morosidade que aconteceu em governos passados do PMDB, obviamente nós esperamos que isto não aconteça, porque os professores se cansaram muito de esperar e tiveram que, inclusive, vir a praça pública, como já disse em outras oportunidades, serem agredidos, ser tirado aqui o seu sangue, porque as promessas também eram aquelas de que o professor seria respeitado, porque lamentavelmente hoje, quando se fala em

educação, se pensa que a educação é feita apenas com uma sala de aula nova, com um apagador novo, se esquece que por trás de todo o processo existe o ser humano, existe o trabalhador que merece no mínimo o respeito através de uma condição digna de vida para si e suas famílias e até a presente data, com um ano e meio de governo Roberto Requião, isto não aconteceu ainda.

Isto não é prática. É teoria. Por isso agora se o Governador Roberto Requião quiser comprovar a coerência de sua prática política, o seu discurso de campanha, se quiser demonstrar que não é um político personalista, que não é um mero reproduzidor do liberalismo oitocentista, então apresente um projeto de lei a ser apreciado nesta Casa, discutindo com os órgãos representativos da categoria, após ampla discussão com todo o magistério, contemplando o respeito a comunidade escolar através da eleição direta para os diretores.

Caso contrário será mais uma frustração que causará à população paranaense, mais uma demonstração e comprovação de que a sua concepção política é autoritária e atrasada e isso nós não teremos vergonha de registrar em momento algum.

Não estamos nesta Casa eleitos por favores, estamos eleitos pelo voto livre e democrático e não fazemos acertos para tentar mudar a nossa personalidade, ela foi a mesma desde o início e tenho certeza que será a mesma até o final da nossa estada nesta Casa.

Era só Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PMDB. (Declina).

PSDB.

(Declina).

PTB.

PL.

Cedeu a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Insistentes rumores nos meios de mídia desta cidade dão conta da produção por setores do PMDB, de um vídeo com texto em inglês e francês, com a finalidade de mostrar uma pretensa farsa da Capital Ecológica.

Este vídeo produzido com apoio de setores do governo do Estado, seria uma espécie de panfleto pré-eleitoral em língua estrangeira para ser entregue aos prefeitos das mais importantes cidades do mundo, aos Reis da Suécia e aos demais visitantes do Encontro Mundial de Cidades que se dará em Curitiba no final do mês, a

convite do Prefeito Jaime Lerner. Eu quero aqui fazer um apelo ao Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva no sentido de que impeça a produção desse vídeo e a sua veiculação. Afinal de contas os reis da Suécia e os Prefeitos das grandes cidades do mundo não votam na próxima eleição municipal. E a ninguém serve falar mal de Curitiba em língua estrangeira.

Nos precisamos discutir, efetivamente, os problemas da nossa cidade, dentro da democracia, os problemas de saneamento básico são 60 milhões de dólares que a Sane-par arrecada nesta cidade todos os anos de taxa de água e esgoto e pouco coloca aqui, aliás, nada coloca aqui, nós precisamos discutir isto em português e na eleição. Não tem nenhum sentido a produção de um vídeo detratando a cidade de Curitiba para ser entregue a personalidades estrangeiras. O prestígio de Curitiba está na razão direta do prestígio do Paraná. Curitiba é a capital dos paranaenses. Curitiba é a capital do ex-Prefeito e do Governador Roberto Requião de Mello e Silva. De mais a mais, Prefeitos e personalidades que vêm ao fórum mundial de cidades não votam em Curitiba. Não somos ilusionistas.

Nada será maquiado para os visitantes. O transporte ligeirinho poderá ser comparado com o transporte metropolitano. As soluções de saneamento superficial, com drenagem se espalhando os cursos de água em grandes lagos, a exemplo do Parque Barigui, do Parque Iguaçu, do Parque do Passaúna e do Parque São Lourenço, poderá ser comparada com a inépcia e a ineficácia da SANEPAR, que nos últimos vinte anos nada investiu em Curitiba.

A inveja é uma energia negativa. A inveja faz mal. A inveja ela é um mal provocado que faz sofrer aquele que inveja. Aliás, parece que o que inveja fica mais torto do que o que é invejado o que é invejado às vezes engorda.

Eu, por exemplo, sou muito invejado. Acho que o Anibal Khury também é. A gente engorda a olhos vistos. Agora, os que tem a inveja, esses ficam tortos, mal humorados, de olhos ruins, e até os correspondentes estrangeiros, como o repórter de "New York Times", que andou entrevistando personalidades do Governo, percebem a energia negativa no olho daquele que inveja.

É fundamental perceber que a autoridade do Prefeito Jaime Lerner deriva da inteligência e não da força. Deriva da obra realizada e não do empenho na mídia internacional, porque se o Prefeito Jaime Lerner fosse um comprador de espaços na mídia internacional seria um dos homens mais ricos e poderosos, porque que dinheiro pagaria espaço no "Le Monde", no "Le Express", na "CBS", na "CNN", no "New York Times",

no "Diário do Cairo", na "Tribuna de Nova Dely"; que dinheiro compraria a atenção da televisão alemã, da televisão espanhola, da "Antène Deux Française", da Antena Dois da França; de todas as grandes cadeias de televisão. Que dinheiro compraria um espaço no "Time" de Londres, ou no "New York Times"?

É muito interessante que nós passemos a compreender que tudo o que se deve a Curitiba é poupá-la da medida da mentira e da difamação. Curitiba é uma jóia capaz de ser mostrada ao mundo. A Eco 92 reforçará esta imagem. Os nossos problemas, as vultas mal resolvidas, a segurança que não funciona e toda a inépcia que possa existir dentro da própria estrutura da Prefeitura, terão o fórum apropriado que é o da eleição. O Fórum Mundial de Cidades deve ser usado para elevar a Capital do Paraná, elevar o Prefeito da Capital do Paraná e o Governador da Capital do Paraná, porque afinal de contas, nós queremos a mesma medida que nós sempre demos ao Governo do PMDB.

Não é segredo que o PROSAN, o Plano Nacional de Saneamento para a bacia do Alto Iguaçu foi negociado com técnicos do Banco Mundial, inclusive eu mesmo, na época da eleição passada, com o Sr. Alvaro Dias, na véspera da eleição, o Prefeito Jaime Lerner foi ao Palácio com companheiros do Banco Mundial para referendar esses 240 milhões de dólares para saneamento básico no Paraná.

Nós temos que largar mão de ser "burros". Largar mão de sermos como são os nordestinos! Até no nordeste, onde o pai de um Senador foi morto pelo pai do Governador. O Senador e o Governador passam por sobre o sangue paterno derramado e na hora de pedir verbas para o Nordeste, de promover o Nordeste, "vai tudo lá se sentar" em Brasília, de "pires na mão" exigir o que é do Nordeste.

Agora, nós, não! Nós, os antropófagos; nós, os canibais; nós, os invejosos; ficamos usando mal a água boa do Palácio Iguaçu, que precisava ser uma esteira luminosa, capaz de nos amarrar no mapa do mundo!

Era isso.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, embora não apareça na mídia internacional, mas aparece na mídia regional, quero registrar aqui, a presença de um bom Prefeito também, o Prefeito de Iretama Dr. Semi Saabi, acompanhado do Vereador Lourival Gonçalves e do Líder do PFL, Márcio Matos.

Nosso Prefeito, tão bom quanto o Prefeito de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consul-

tamos à Liderança do PDT se deseja fazer uso do seu Horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TOLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Também seria de se perguntar ao Governador, se ele acha que o editorial do jornal "O Estado do Paraná", do dia doze, também teria sido comprado pelo Prefeito Jaime Lerner.

Eu quero transcrever desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que diz o editorial do O Estado do Paraná, do dia doze. (LE):

"EDUCAÇÃO INTEGRAL

A educação integral tornou-se um desafio e uma necessidade para o Brasil em função da miséria. Ela exige que "a primeira aula deva ser, sempre, uma boa refeição". Sabedoria repetida de Leonel Brizola, em aplauso e apoio incondicional à criatividade do prefeito Jaime Lerner com seus Centros de Educação na busca de solução integrada para o problema do ensino num país de infância marginalizada.

O astuto e gaúcho governador do Rio já sabia, conhecia e recomendava a idéia, paródia dos seus CIEP's cariocas. Mas veio, viu e gostou - ênfase necessária nesta época que antecede eleições e, por isso mesmo, tempo de inaugurações e de muitos e gongóricos discursos.

Um momento: em meio a tantos discursos ditos e por serem ditos, é necessário que se faça uma exceção. A Constituição, que governa a pobres e ricos, garante para todos os cidadãos, indistintamente, direitos sociais. E entre tais direitos estão educação, saúde, lazer e tudo mais. Para as crianças, entretanto, a Carta Magna, com "absoluta prioridade", garante "direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária", determinando ao Estado a promoção de programas de "assistência integral à saúde da criança". Por isso, esse discurso dos Centros de Educação Integral tem que ser ouvido com especial respeito e comovido reconhecimento. Mesmo sendo obrigação constitucional.

Entre as muitas obras que a cidade aplaude neste fim de governo municipal, essa dos CEI's merece apreciação à parte. Revela o outro lado da responsabilidade e visão social do urbanista-prefeito que garante: entre 35 e 40% do orçamento da Prefeitura de Curitiba estão sendo investidos nas crianças. Em cada um dos 30 CIEP's com sotaque curitibano construídos ou em construção pela cidade, crianças terão escola, lazer e orientação para a vida. Depois, sempre, depois de uma boa refeição.

Aliás, três refeições diárias, elaboradas por nutricionistas. "Se nós tivermos recursos poderemos ciepizar todas as 114 escolas municipais", garante Lerner, que tem no PIA - Programa de Integração da Infância e Adolescência, o seu mais forte discurso social. Afinal, já são mais de oito mil crianças e adolescentes entre 07 e 17 anos que, em seus bairros de origem (e isso é importante), além de escola têm oportunidade de lazer, recreação, noções de higiene, alimentação e iniciação profissional. Não precisam perambular pelo centro sem ter o que fazer, procurando alguma coisa que comer. No mesmo tom segue o discurso das Linhas do Ofício que nascem de velhas carcaças de cansados ônibus urbanos e oferecem cursos na área de informática.

"Estamos consolidando todos os compromissos de campanha", assegura Lerner com tranquilidade, acrescentando que, por isso, pode passar de "cabeça erguida por qualquer região da cidade". Só, ou acompanhado, tanto faz."

Então, Sr. Presidente, em texto do conceituado jornal O Estado do Paraná, destaca a política social do prefeito de Curitiba, arquiteto Jaime Lerner, de quem tenho orgulho e satisfação de ser o seu vice-Prefeito e dividir esta distração já por três ocasiões assumindo a Prefeitura de Curitiba, sobretudo na sua preocupação com a infância e adolescência e a solução apontada através da educação integral.

Lembra inclusive o editorial que a Constituição que governa pobres e ricos, garante boa parte, garante para todos os cidadãos, indistintamente, os direitos sociais, e entre tais direitos estão a educação, a saúde, o lazer e tudo mais.

Idéia preconizada e apaixonada, defendida pelo Governador do Rio de Janeiro, engenheiro Leonel Brizola, as escolas integrais não são apenas escolas, são verdadeiros instrumentos para a construção da cidadania das nossas crianças curitibanas.

Nos CIEP's de Brizola, nos CIEM's de Alceu Collares, nos CIAC's de Collor ou nos CEI's de Jaime Lerner, a idéia principal é instrumentar a criança para o seu desenvolvimento. Há uma preocupação constante com as condições para esse desenvolvimento. A escola pública que não está preocupada com a carência familiar, com a desnutrição e a falta de assistência médica, quer construir sobre o lamaçal, o que não é recomendável. As escolas integrais querem e procuram ser essa educação alicerçada na liberdade, na criatividade, na democracia, na apropriação do conhecimento universal e historicamente acumulado pela sociedade, na solidariedade. Essas "ferramentas" aliadas a um modo crítico de ver e de ler as relações sociais vão capacitar as crianças de hoje para serem cidadãos do

futuro, interferindo e transformando nossa realidade.

Darcy Ribeiro, educador reconhecido mundialmente, já disse porque as escolas integrais não podem ser iguais às demais escolas, porque as escolas integrais partem de outra filosofia. Elas são a maior evidência que a criança está no centro do processo pedagógico e esse processo só poderá ser orientado mediante o conhecimento e controle prévio das variáveis que interferem no desenvolvimento da criança.

"O Estado do Paraná" é um jornal sério, marcado pela defesa das posições que orientam para os interesses do Paraná e do povo paranaense. Ao lidar com tanta clareza e desenvoltura do tema da educação integral, presta um grande serviço às crianças brasileiras, sobretudo a essas que estão no caminho da mendicância, passando o dia trancadas solitariamente nas palafitas, correndo nos trapiches, enfim, perambulando em andrajos, pelas terríveis cenas de nossas mazelas sociais. "O Estado do Paraná" mostra que mais do que um plano personalista, as escolas integrais são um importante caminho para o Brasil, que está sonhando com o crescimento da justiça social.

Fazer escolas integrais, como está fazendo o prefeito Jaime Lerner, é debruçar-se para administrar a cidade, é administrar com um coração sensibilizado pelos nossos problemas sociais, é traçar diretrizes com firmeza e responsabilidade. Por isso a Prefeitura Municipal de Curitiba aplica entre 35% e 40% do seu orçamento em educação.

Contar com o apoio de órgãos de comunicação responsáveis e independentes, como "O Estado do Paraná", é também importante para esse projeto de futuro e justiça, que se chama Educação Integral."

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiz questão de trazer a essa tribuna este editorial, porque sou, na verdade, a maior testemunha do que está se fazendo nesta cidade.

Ainda ontem inauguramos um PIA na Vila Verde, área onde há 4 anos atrás se assentaram os barracos, aliás, nem barracos, as lonas pretas, lá a população foi jogada, e hoje existe um verdadeiro complexo de órgãos municipais, centro de saúde, escola que foi aumentada, Centro de Educação Integral e dois PIA's ambientais. Tudo isso foi feito em todos os pontos da cidade de Curitiba.

Era essa, Sr. Presidente, a minha vinda a esta tribuna, para cumprimentar a direção do jornal "O Estado do Paraná".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ovídio

Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho comunicar aos Srs. e a Casa a aprovação da Comissão Parlamentar aprovada por esta referida Casa para averiguar a situação do trabalho escravo, em Laranjeiras do Sul. Esta Comissão é formada por este Deputado, e pelos Deputados Mário Bezerra, Deputado Paulo Maia, Toti Colaço e Elio Rusch. Segunda-feira deveremos ir até lá para entrar em contato com as pessoas e autoridades locais, discutir a questão.

Mas eu quero, neste horário de liderança de nosso Partido, novamente levantar aqui uma questão que considero muito séria.

Algumas dúvidas, quero deixar aqui nesta Casa, alguns pontos de interrogação para que sejam analisados por quem o desejar. Nós fizemos parte, juntamente com o Deputado Mário e a Deputada Emília, de uma Comissão que investigou um caso de violência, no Município de Pinhão, onde crianças foram baleadas, casas de lavradores queimadas. Disto nós já apresentamos, na semana passada um relatório oficial da Comissão, entregamos à Mesa e o Sr. Presidente dará destinação ao nosso relatório.

Mas eu quero falar aqui hoje, não em nome Comissão mas em meu nome pessoal. Alguns fatos que constatei e que considero curioso. Eu estive na última 5.^a feira, no Município de Pinhão, ainda a serviço da Comissão, entreguei, às autoridades, cópia do nosso relatório, ao Presidente da Associação das famílias de trabalhadores Rurais, do Município de Pinhão, também entreguei em mãos cópias do relatório ao Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele Município ao Padre Edson e ao Padre Reinaldo, párocos daquela comunidade, também ao Sr. Dinarte da Veiga, Delegado de Polícia daquele Município, visitei e também tive contato com o Presidente do Sindicato Rural, com a Câmara de vereadores e com o Cartório de Registro de Imóveis, ao qual enviei, posteriormente o Relatório. Mas estive ainda em contato, entregando em mãos o Relatório ao Sr. Francisco Dellê, Vice-Prefeito daquela Cidade, estive também com o Dr. Márcio José Tokars, Juiz de Direito daquela Cidade e com o Dr. Dicesar Augusto, DD. Promotor daquela Comarca.

O que me surpreendeu, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que durante estas investigações da nossa Comissão e juntamente com o Ministério Público daquela Cidade foram feitas prisões, o Sr. Juiz de Direito decretou a prisão preventiva de 14 pessoas envolvidas naqueles delitos, os quais têm inquéritos instalados naquela Comarca e que eu tive a oportunidade, que por bon-

dade do Juiz, me ofereceu cópia de parte dos processos. Processos que estão com denúncias que envolvem criminalmente os funcionários da Empresa Zattar, seis desses funcionários estavam com prisão preventiva, do Juiz e nas acusações têm aqui dezenas de provas de que essas pessoas estão envolvidas nos crimes, essas pessoas são registradas em carteira na empresa Zattar, madeireira, como guardas-florestais.

Ocorre que num depoimento de uma pessoa que a nós, e que a mim foi relatado, há alguns dias, é no mínimo curioso com o que eu vou prosseguir na sequência, após essa leitura. Diz aqui, que um senhor de setenta anos de idade mora há mais de sessenta anos no município de Pinhão, num depoimento, que está taquigrafado nesta Comissão, diz ele que: "vinte jagunços carregaram dois caminhões de palanque, dos jagunços armados, ele reconheceu cinco, Alcindo, Sérgio, Antônio, Irondi e Lauro, esses cinco estão indiciados e eram os que estavam com a prisão preventiva, e estavam presos". Disse ainda nesse depoimento, que no dia que levaram os seus palanques o Zissa, dono da firma Zattar, disse: "Autoridade aqui no Pinhão somos nós, aqui não tem Prefeito, não tem Promotor, não tem Juiz, não tem Delegado, aqui quem manda somos nós". Palavras do Depoente, Senhor Pedro Nogueira da Silva, morador do Município de Pinhão.

O que ocorreu depois disso Srs. Deputados e que eu ouvi do Promotor de Justiça naquele dia que lá estive. O Promotor me disse o seguinte: "Os seis presos foram liberados por ordem superior". O advogado da empresa Zattar entrou no Fórum lá, eu não tenho a linguagem jurídica dos casos, pedindo "habeas corpus" e pedindo a liberação dos presos, que estão no inquérito aqui condenados em julgamento. Não conseguindo soltura para os presos, seus funcionários, lá no Município, na Comarca, pelo Promotor e pelo Juiz, a empresa Zattar por sua assessoria jurídica encaminhou-se a órgãos superiores solicitando a soltura dos seus funcionários que estão denunciados aqui.

Agora, eu quero colocar as minhas dúvidas, as coincidências como ocorreu, que os Srs. Deputados julguem por suas próprias cabeças.

Acontece que a informação para mim é leiga, mas quando um processo vai para o Tribunal Superior é sorteado o Desembargador que vai julgar o processo.

Bom, sendo isso ou não, sorteado ou não, coincidentemente o Desembargador que foi nominado para julgar esse processo, esse pedido de soltura dos bandidos, coincidentemente ele é Desembargador, é pai do dono do cartório de registros de imóveis lá do Município de Pinhão; primeira coin-

cidência.

Segunda coincidência: o cartorário do Município de Pinhão está aqui em nosso relatório, envolvido e denunciado por problemas de emissão de documentos e registros, o problema está no seu cartório.

Terceira coincidência: disseram lá no município de Pinhão, que o dono do cartório, que é filho do Desembargador que liberou os presos, é o coordenador de uma frente política que está junto com o Sr. Zattar, para as próximas eleições.

São coincidências, Sr. Presidente, que nos deixam com muitas dúvidas, e como ouvi agora do Deputado Mário Bezerra ali no banco, "é piada". São coincidências que o Promotor me dizia: "Deputado, infelizmente tenho que obedecer ordens superiores, mas os presos que estão aqui com os processos e que tenham prisão preventiva e que nós aqui, na Comarca de Pinhão, não concedemos "habeas corpus" para que eles fossem liberados, veio ordem superior para que eles fossem liberados, estão certos que agora um desses mesmos presos está com outra prisão, por outro crime novamente lá em Pinhão.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não quero questionar as decisões da Justiça, mas este caso é o cúmulo das coincidências: o Zattar faz parte da frente política lá no Município, na qual o filho do Desembargador é o coordenador desta mesma frente, o qual é filho do Desembargador que julgou o processo e que liberou os funcionários da Zattar que estavam presos por prisão preventiva e o Desembargador concede "habeas corpus" e libera os presos.

É o cúmulo das coincidências e nós deixamos esses questionamentos aqui, para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado que irá compor a Comissão Parlamentar de Inquérito. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados que preencherão as vagas deste Partido, nas Comissões Permanentes desta Casa. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 616 AB, subscrito pelo Sr.

Deputado Toti Colaço, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária de hoje, em virtude de compromissos em sua região. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 099/92, subscrito pelo Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 18, 19, 20, 21, 27 e 28 do corrente mês, em função de viagem ao município que representa. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº SPB.1242/92, subscrito pelo Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 14 do corrente mês, em virtude de compromissos em sua região. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Quielse, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 99/91, que cria o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o Art. 216, Parágrafo Único, da Constituição Estadual. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.E.C.E. e C.S.P. SUBSTITUTIVO GERAL da C.E.C.E. EMENDA DE PLENÁRIO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.E.C.E. - APRECIAR NESTE TURNO O SUBSTITUTIVO GERAL E EMENDA DE PLENÁRIO.

Aprovado o Substitutivo Geral, sem prejuízo da Emenda.

Emenda: aprovada.

O Projeto irá à Redação Final.

Parecer à Emenda nº 01 (Plenário), apresentada ao Projeto de Lei nº 492/91, que acrescenta o inciso VI ao artigo 14.

A Emenda reveste-se das formalidades quanto ao seu aspecto constitucional, le-

gal, jurídico e de técnica legislativa.

Está em condições de ser apreciada.
Parecer favorável.

Sala das Sessões, em 06.05.92.

(aa) OSWALDO TREVISAN

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 019/92, que institui a gratificação de apoio educacional a gratificação pelo local de exercício no período noturno, a serem atribuídas conforme específica aos professores e especialistas de educação do Magistério Público de 1º e 2º graus. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. à EMENDA 01 e CONTRÁRIO as de nºs 02 à 05. APRECIAR NESTE TURNO A EMENDA Nº 01 de PLENÁRIO.

Emenda: aprovado.

O Projeto irá à Redação Final

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/91, de autoria dos Deputados ERNANI PUDELL, Dr. ROSINHA e OVIDIO CONSTANTINO, que dispõe sobre a isenção da tarifa de água e luz aos desempregados. ANEXO A ESTE O PROJETO DE LEI Nº 579/91. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.

Sobre o referido projeto, requerimento nº 666, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 5 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 393/91.

Retirado pelo autor.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Somente quero dizer que esse requerimento do Ilustre Líder do Governo tem a nossa concordância. Eu queria apenas fazer algumas ponderações que entendo extremamente relevantes. Eu imputo esse Projeto como sendo um dos mais importantes que tramitam nesta Casa, pelo seu profundo alcance social, juntamente com outro Projeto do Deputado João Iensen e que na verdade eles visam trazer medidas compensatórias aos trabalhadores que, por decisão unilateral de um empregador, foram colocados na condição de desempregados, que não dispõem de renda para o pagamento das tarifas de água e luz.

A Constituição Estadual, também a Constituição Federal estabelecem como objetivos fundamentais do Estado a eliminação das causas da pobreza e da marginalidade social. E hoje os trabalhadores que por força da política econômica do Governo Federal trouxeram a recessão e o desemprego, por força da má gestão dos recursos previdenciários que aviltou o pagamento

dos benefícios aos trabalhadores aposentados, hoje são excluídos de um direito fundamental, que o acesso aos serviços fundamentais, aos serviços essenciais, melhor dizendo. Entre esses serviços essenciais componentes necessários dos direitos que definem o cidadão está o acesso aos serviços de água e luz.

São milhares de casos no Estado do Paraná, de pessoas que foram privadas da sua profissão, que estão sendo privadas do direito e muitas vezes até da sua alimentação e que agora estão sendo privadas também do direito a terem pelo menos a luz para iluminar o seu barraco ou a água para poder banhar seus filhos, lavar os pratos, enfim: aquilo que é necessário e fundamental.

Desnecessário seria dizer aqui, também da importância de se manter o serviço de água a toda população, até por uma questão de saúde pública. Nós tivemos o cuidado de analisar dados trazidos pela COPEL, pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica que nos dão conta que o nosso Projeto se aprovado na forma como foi colocado, que é a isenção da taxa de pagamento de água e luz para desempregados que tenham dentro de uma faixa limitada de consumo, esta faixa de consumo hoje corresponde apenas 3% do faturamento da COPEL.

Se nós tirarmos, ainda dentro desta faixa aqueles trabalhadores que não terão o direito ao benefício por estarem empregados, ou sejam, por possuírem renda, nós estimamos que no máximo a queda no faturamento da COPEL seria de 1,5% a 2% quando muito.

Então, o benefício, o alcance social da medida é incompatível com o impacto que teria nas finanças dessas companhias paranaenses. Sobre esse Projeto pesam questionamentos de ordem legal, de que o Paraná não teria competência para legislar sobre a política tarifária que é determinada pelo departamento nacional de água e energias, mas nós entendemos que juridicamente esse Projeto está amparado nos princípios maiores da Constituição Federal que é exatamente o da isonomia social, da busca e do combate às causas da pobreza, da marginalização social e fundamentalmente dos direitos inalienáveis de acesso aos serviços públicos essenciais.

Cabe ao Paraná adotar as medidas compensatórias pela política recessiva que está sendo adotada pelo Governo Federal.

Então quando nós concordamos com a retirada desse Projeto é no sentido de permitir se necessário, o seu aperfeiçoamento, sim, nós concordamos, com todas as medidas necessárias à tornar exequível esse Projeto, sim, nós concordamos, e principalmente a retirada da Ordem do Dia nos dará a oportunidade de elaborarmos as ra-

zões de sanção onde nós queremos fundamentar juridicamente, porque, politicamente, economicamente, socialmente esse Projeto já está devidamente fundamentado, para que ele possa ser com tranqüilidade aprovado por esta Casa e com maior tranqüilidade ainda ser sancionado pelo Governador do Estado, a quem nós vamos pedir o apoio a essa medida tão importante, tão fundamental que eu imbuto como uma das mais relevantes que a Assembléia Legislativa do Paraná poderia delegar ao povo desse Estado, especialmente à população mais carente.

Era isto, Senhor Presidente.

Apenas adendando que nós concordamos com o requerimento, mas que não se encerre a discussão até para que eventualmente futuras emendas ou algum substitutivo pudessem ser colocado em apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Deputado Pessuti, requer a retirada por cinco Sessões o Projeto de Lei nº 393.

O Deputado Ernani Pudell solicita que não se encerre a discussão.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento nº 685 do Deputado Orlando Pessuti e a proposta do Deputado Ernani Pudell, conservem-se como estão. **Aprovada.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 393/91.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/91, de autoria dos Deputados DALTON MACHUCA e ADEMAR LUIZ TRAIANO, altera a redação do artigo 23, da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989 (ICMS). Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ. PARECER CONTRÁRIO da CF. EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, APRESENTANDO EMENDA MODIFICATIVA.

COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 465/91

P A R E C E R:

De autoria dos Deputados Dalton Machuca e Ademar Traiano, o Projeto de Lei em questão visa alterar a redação do art. 23 da Lei nº 8.933 de 26 de janeiro de 1989 (ICMS).

Emito parecer favorável se cumpridas as disposições das Emenda Modificativa nº 01 ao Presente Projeto:

Art. 1º - ...

Art. 23 - ...

I - ...

II - ...

III - ...

IV - Grupo D: Alíquota de 7% (sete por cento) para as operações com tijolos, telhas, tubos e manilhas que, na sua fabricação, tenha sido utilizado como matéria prima, argila ou barro.

Art. 2º - ...

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator

Voto ao Projeto ressalvada a Emenda. Os Senhores Deputados que Aprovam o Projeto conservem-se como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ERNANI PUDELL - Com o voto contrário da Bancada do PT, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A votação da Emenda da Comissão de Justiça implica em prejuízo da votação da Emenda em Plenário. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda da CCJ conservem-se como estão. **Aprovada com os votos contrários da Bancada do PT.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria da Educação, a permitir ao Professor de Educação Física a utilizar carga horária, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CECE. EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda da CCJ. Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 511/91

P A R E C E R:

Em que pese o fato de o Projeto, em si mesmo e não obstante o parecer favorável desta comissão, contrariar dispositivo constitucional quanto à competência de iniciativa do processo legislativo, existe o fato concreto da aprovação da constitucionalidade pelo Plenário desta Casa.

Assim sendo, não vemos como propor a rejeição da presente emenda que, mesmo sofrendo a extensão do vício que inquinou o projeto, por questão de coerência merecerá nosso parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.05.92

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 056/91, de autoria do Deputado ALGACI TOLLIO, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Planta Evaristo Franco, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 18 de 13.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 056/91

DEPUTADO ALGACI TOLIO

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 056/91, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos da Planta Evaristo Franco", com sede e foro no Município de Curitiba.

Constatamos que o projeto em tela encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, estando portanto de pleno acordo com a legislação vigente, inexistindo qualquer óbice, tanto de caráter legal, regimental ou constitucional, que impeça a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Além das considerações acima expostas, a justificativa do autor nos convence plenamente da sua oportunidade, razões pelas quais somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 12.05.92

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Quinta do Sol - ADESOL, com sede no Município de Quinta do Sol, comarca de Engenheiro Beltrão, no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 116 de 17.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 412/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado Toti Colaço, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Quinta do Sol - ADESOL, com sede no Município de Quinta do Sol, Comarca de Engenheiro Beltrão, no Estado do Paraná.

Devidamente analisado, constatamos que o referido Projeto não fere as disposições regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Constatamos ainda que, a Entidade acima mencionada encontra-se de acordo com ditames da Lei nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para Declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, nada encontra-se nesta Comissão que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do já referido Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

NILTON BARBOSA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/92, de autoria do Deputado EURIDES MOURA, declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Querência dos Pioneiros de Rolândia, com sede e foro no Município de Rolândia. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A nº 06 de 24.02.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 029/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 029/92, de autoria do nobre Deputado Eurides Moura, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o "Centro de Tradições Gaúchas Querência dos Pioneiros de Rolândia", com sede e foro no Município de Rolândia.

A matéria está perfeitamente de acordo com o exigido na Lei nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, inexistindo qualquer óbice, tanto de caráter legal, regimental ou constitucional, que impeçam a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tais fatos somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/92, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 083/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 083/92, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede e foro no Município de Paranavaí.

A Matéria está perfeitamente de acordo com o exigido na Lei nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, inexistindo qualquer óbice, tanto de caráter legal, regimental ou constitucional, que impeçam a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tais fatos somos de parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

JOAO IENSEN

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 086/92, de autoria do Deputado DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA, declara de Utilidade Pública o Lar dos Idosos e Centro Promocional Dom Scalabrini, com sede e foro em São Miguel do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 29 de 07.04.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 086/92

P A R E C E R:

Procedemos a análise do Projeto de Lei nº 086/92, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que dispõe sobre a declaração de Utilidade Pública do Lar dos Idosos e Centro Promocional Dom Scalabrini, com sede e foro em São Miguel do Iguaçu.

Sob o aspecto jurídico, a propositura encontra amparo no disposto na Lei Estadual nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria, verificando-se também o cumprimento, da parte da instituição em epígrafe, das exigências contidas no mencionado diploma legal para merecer a declaração de Utilidade Pública.

Manifestamos assim, parecer favorável ao Projeto de Lei nº 86/92, estando em condições de prosseguir sua normal tramitação até final deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, em 12.05.92

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, antes de Vossa Excelência anunciar os requerimentos, nós gostaríamos de registrar com satisfação as presenças na Tribuna de Honra desta Casa do Prefeito do Município de Cantagalo, região Centroeste do Estado do Paraná, José Fabrício dos Santos, vice-Prefeito Mateus Paulino da Rocha, Presidente da Câmara, Estevão Damiani, dos Vereadores Delci Fritz, João Maria de Abreu, Orlando Staine, Carlito Pedroso, Elevir Negrelo, do empresário Pedro Falkembach e do Secretário de Obras e Urbanismo José Luzo Fernandes.

Nós também queremos em nosso nome pessoal e também quero crer, em nome desse Poder Legislativo, agradecer pela visita de tão nobres autoridades que muito engrandecem a Assembléia Legislativa do Es-

tado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença das autoridades visitantes mencionadas pelo nobre Deputado Orlando Pessuti.

Sobre a Mesa, requerimentos de nº 686 e 687, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 680 e 681, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 665 e 682, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 670 a 679, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 661, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 660, 658 e 659, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 654, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 667, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 684, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 688, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Com atenção especial ao Líder do Governo, pedidos de informações que não foram respondidos pelo Governo:

Neivo Beraldin, 168 dias.

Rafael Greca, 168 dias.

Nilton Barbosa, 126 dias.

Valdir Rossoni, 126 dias.

PT, 78 dias.

Dr. Rosinha, 31 dias.

Ademar Traiano, 15 dias.

Paulo Maia, 15 dias.

Luiz Carlos Martins, 15 dias.

Geraldo Cartário, 15 dias.

Esses são os dias que já excederam o prazo constitucional. A Mesa dentro de dez dias encaminhará à Procuradoria Geral da Assembléia para processar os responsáveis.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 098/92;

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 465 e 511/91;

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 056, 412/91 e 029, 083, 086/92.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TOLIO, EM SESSÃO DO DIA 14 DE MAIO DE 1992.

"EDUCAÇÃO INTEGRAL

A educação integral tornou-se um desafio e uma necessidade para o Brasil em função da miséria. Ela exige que "a primeira aula deva ser, sempre, uma boa refeição". Sabedoria repetida de Leonel Brizola, em aplauso e apoio incondicional à criatividade do prefeito Jaime Lerner com seus Centros de Educação na busca de solução integrada para o problema do ensino num país de infância marginalizada.

O astuto e gaúcho governador do Rio já sabia, conhecia e recomendava a idéia, parodia dos seus CIEP's cariocas. Mas veio, viu e gostou - ênfase necessária nesta época que antecede eleições e, por isso mesmo, tempo de inaugurações e de muitos e gongóricos discursos.

Um momento: em meio a tantos discursos ditos e por serem ditos, é necessário que se faça uma exceção. A Constituição, que governa a pobres e ricos, garante para todos os cidadãos, indistintamente, direitos sociais. E entre tais direitos estão edu-

cação, saúde, lazer e tudo mais. Para as crianças, entretanto, a Carta Magna, com "absoluta prioridade", garante "direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária", determinando ao Estado a promoção de programas de "assistência integral à saúde da criança". Por isso, esse discurso dos Centros de Educação Integral tem que ser ouvido com especial respeito e comovido reconhecimento. Mesmo sendo obrigação constitucional.

Entre as muitas obras que a cidade aplaude neste fim de governo municipal, essa dos CEI's merece apreciação à parte. Revela o outro lado da responsabilidade e visão social do urbanista-prefeito que garante: entre 35 e 40% do orçamento da Prefeitura de Curitiba estão sendo investidos nas crianças. Em cada um dos 30 CIEP's com sotaque curitibano construídos ou em construção pela cidade, crianças terão escola, lazer e orientação para a vida. Depois, sempre, depois de uma boa refeição. Aliás, três refeições diárias, elaboradas por nutricionistas. "Se nós tivermos recursos poderemos ciepizar todas as 114 escolas municipais", garante Lerner, que tem no PIA - Programa de Integração da Infância e Adolescência, o seu mais forte discurso social. Afinal, já são mais de oito mil crianças e adolescentes entre 07 e 17 anos que, em seus bairros de origem (e isso é importante), além de escola têm oportunidade de lazer, recreação, noções de higiene, alimentação e iniciação profissional. Não precisam perambular pelo centro sem ter o que fazer, procurando alguma coisa que comer. No mesmo tom segue o discurso das Linhas do Ofício que nascem de velhas carcaças de cansados ônibus urbanos e oferecem cursos na área de informática.

"Estamos consolidando todos os compromissos de campanha", assegura Lerner com tranqüilidade, acrescentando que, por isso, pode passar de "cabeça erguida por qualquer região da cidade". Só, ou acompanhado, tanto faz."